

PROCESSO SELETIVO 2012



PUC
CAMPINAS
PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA

CADERNO
DE

Redações

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Airton José dos Santos

Reitora

Profa. Dra. Angela de Mendonça Engelbrecht

Vice-Reitor

Prof. Dr. Eduardo Prancic

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Germano Rigacci Júnior

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários**

Profa. Dra. Vera Engler Cury

Pró-Reitor de Administração

Prof. Dr. Ricardo Pannain

Secretário Geral

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

Coordenadora de Ingresso Discente

Profa. Maria Nice Duarte Martins



Processo Seletivo 2012

CADERNO
DE
Redações

Graciema Pires Therezo
Maria Marcelita Pereira Alves
Maria Inês Ghilardi-Lucena

PUC-Campinas
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Sistema de Bibliotecas e Informação – SBI – PUC-Campinas

808 Ghilardi-Lucena, Maria Inês

G424c Caderno de redações PUC-Campinas: processo seletivo 2012 / Graciema Pires Therezo, Maria Marcelita Pereira Alves e Maria Inês Ghilardi-Lucena.- Campinas: PUC-Campinas, 2012.
73p.

1. Redação. 2. Narrativa. 3. Língua Portuguesa – Composição e exercícios. 4. Exame vestibular. I. Therezo, Graciema Pires, Alves, Maria Marcelita Pereira. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. III. Título.

22.ed.CDD-808

A produção da linguagem constitui uma atividade altamente complexa de construção de sentidos, que se realiza não apenas com base nos elementos linguísticos selecionados e sua forma de organização, mas que requer dos interlocutores a mobilização de um vasto conjunto de saberes, de ordem socio-cognitiva, cultural, histórica, enfim, de todo o contexto, da forma como é atualmente conceituado, bem como a sua reconstrução no momento da interação verbal.

Ingedore KOCH (2012, p. 140)

SUMÁRIO

Apresentação	7
Introdução	9
Textos dissertativos e narrativos	10
Prova de Redação 2012 - Instruções gerais	12
Proposta I – dissertação	14
Comentário da Proposta I	15
Redação nº 1: Exploração de mão de obra e mudança estrutural	17
Redação nº 2: O obsoleto e o contemporâneo	21
Redação nº 3: Um problema, vários culpados	25
Redação nº 4: Queda de máscaras	29
Redação nº 5: O trabalho escravo no Brasil	33
Proposta II – dissertação	37
Comentário da Proposta II	38
Redação nº 6: Autonomia para as relações comunicacionais	40
Redação nº 7: Nosso mundo virtual	43
Redação nº 8: <i>Big Brother</i> virtual	46
Redação nº 9: Políticas para o bom uso da internet	49
Redação nº 10: Viver em tempo real	52
Proposta III – narração	55
Comentário da Proposta III	56
Redação nº 11: Cidade maravilhosa	57
Redação nº 12: Notado	61
Redação nº 13: A entidade urbana	64
Redação nº 14: Natal	67
Redação nº 15: Quem quer sorvete?	70
Bibliografia para estudo	73

APRESENTAÇÃO

O Caderno de Redações da PUC-Campinas, desde 2004, é publicado anualmente, após realizados os vestibulares. Nasceu da preocupação dos coordenadores da Banca de Avaliação, a qual conta com professores especializados em produção de textos, em oferecer aos docentes de língua portuguesa e aos alunos do Ensino Médio, um material didático, mas não teórico. Planejado como uma forma amena de explicitar os recursos da dissertação e da narrativa – os dois gêneros solicitados pelas propostas do exame seletivo – tem alcançado o sucesso esperado e cumprido seus objetivos: colocar ao alcance de suas mãos, em aula e fora dela, textos efetivamente produzidos por vestibulandos aprovados no ano anterior.

Publicando redações e justificando seus méritos em estudos críticos, tem a intenção de oferecer parâmetros de qualidade para o aluno que imagina ter que escrever textos eruditos ou para aquele que acredita ser suficiente transpor a linguagem oral para o papel em uma prova de vestibular. Dissertações e narrativas de candidatos aprovados no processo seletivo, mais do que os comentários teóricos, mostram, em si mesmas, de que modo adequar-se ao tema proposto, ao gênero escolhido, ao nível de linguagem, à coesão e à coerência. Objetividade, progressão de argumentos e clareza de raciocínio na dissertação, inventividade, trabalho com a linguagem, poder de criação de personagens e ações na narrativa, coerência em ambos os tipos de textos, todos esses recursos ficam evidentes nas amostras embora não atinjam, necessariamente, a excelência.

A PUC-Campinas continua optando pelos dois gêneros textuais, dissertação e narrativa, por considerar que o ser humano vive entre dois mundos: o mundo narrado e o mundo comentado, e que as demais formas de organização do discurso deles derivam ou neles se incorporam. O estudante capaz de dizer fatos e dizer ideias, com proficiência, terá plenas condições de redigir qualquer outro tipo de texto, inclusive os recém-nascidos das exigências das modernas tecnologias da informação.

A prova de 2012 constou de três propostas de redação, duas dissertativas e uma narrativa, aqui comentadas. A primeira, como em anos anteriores, é fundamentada em um editorial da *Folha de S. Paulo*, cujo tema o vestibulando deve apreender e sobre ele escrever, oferecendo sua contribuição pessoal. A

segunda consta de um texto de apoio curto, sobre um assunto do mundo contemporâneo, a partir do qual se pede a discussão de uma tese. A terceira apresenta, como material narrativo, uma cena possível em praças movimentadas de cidades grandes.

Para cada uma das propostas foram selecionadas cinco redações, que se apresentam como foram escritas e, em seguida, a sua avaliação crítica, segundo os critérios dos vestibulares.

INTRODUÇÃO

A avaliação das redações no vestibular tem por objetivo verificar a capacidade de leitura e produção de textos dos candidatos, reveladora de reflexão crítica frente ao tema proposto. É a forma de a Universidade perceber, pelas capacidades linguísticas e cognitivas apresentadas, em que medida são dominadas as habilidades esperadas. Tal trabalho, entretanto, não desconsidera a situação de artificialidade em que o vestibulando se encontra.

Ao se considerar a linguagem como interação social, em que o outro tem um papel fundamental na construção dos sentidos, é preciso levar em conta, neste caso, a falta de espontaneidade da relação de interlocução. Ambos, locutor e interlocutor, estão comprometidos com a situação tensa de um dia de exame, em que ao vestibulando compete ser avaliado e, ao corretor, avaliar. Disso decorre a artificialidade na construção das imagens que fazem de si, do outro e do assunto a ser discutido, o que interfere na produção do texto e, também, na leitura. O candidato escreve para uma banca de avaliadores, o que confere a quem lê o seu texto uma responsabilidade igualmente tensa, diferente da fruição do leitor genérico, que lê o que lhe apraz dentre os textos que circulam socialmente, concordando ou discordando, mas sem a intenção de atribuir nota.

Conforme colocações de Wanderley Geraldi sobre a tão discutida avaliação de redações, trata-se de um problema da instituição educacional até hoje não solucionado, embora dimensionado e debatido. Em situação de vestibular, adquire, ainda, maior carga de tensão do que no dia a dia escolar, em que o professor pode orientar e sugerir refeituras. O texto produzido não é aquele em que um sujeito diz a sua fala, pois ele visa atender às solicitações propostas pela Universidade. Nesse caso, não há, propriamente, um sujeito da linguagem, mas uma função-candidato que escreve para uma função-avaliador.

Nesse contexto, em que se fazem sentir pressões de diferentes ordens, desde a familiar e social até a pessoal (a auto-estima), a enunciação adquire um caráter ímpar, pondo em jogo a relação da interlocução. Assim, há necessidade de, ponderados todos esses fatores, proceder-se a uma avaliação justa, segundo critérios objetivos, muito bem definidos (adequação ao tema, ao tipo de texto, ao nível de linguagem, coesão e coerência) e rigorosamente aplicados por uma banca de avaliação composta de professores altamente qualificados e suficientemente treinados para essa tarefa.

TEXTOS DISSERTATIVOS E NARRATIVOS

As questões de gênero e de tipologia textual têm motivado os estudos na área de leitura e produção de textos. As escolas de Ensino Médio preparam os alunos para a redação de variados gêneros textuais – editorial, artigo de opinião, dissertação expositiva e argumentativa, relato, notícia jornalística, narrativa de ficção, carta, anúncio publicitário, resumo, resenha, dentre outros – visando, fundamentalmente, à aprovação nos exames vestibulares das faculdades.

Para os futuros universitários, importa produzir e interpretar os gêneros que lhes possibilitem maior interação na vida comunicativa, no trabalho e nos estudos, o que exige, também, familiaridade com diferentes níveis de linguagem.

O Processo Seletivo da PUC-Campinas optou por apresentar três propostas de redação para a escolha de uma delas, duas dissertativas e uma narrativa, focalizando, assim, dois dos gêneros textuais mais trabalhados na sala de aula. Textos dissertativos e narrativos diferem entre si na medida em que pressupõem recursos específicos, pois dissertar é dizer ideias e narrar é dizer fatos. Enquanto a dissertação atua no plano lógico-racional, a narrativa atua no lógico-emocional. A primeira privilegia o intelecto e, se bem feita, leva à admiração. A segunda, privilegiando a sensibilidade e a emoção, ao encantamento.

TEXTOS DISSERTATIVOS

Escrever uma dissertação supõe o exame crítico do assunto a ser discutido e a elaboração de um plano de trabalho que garanta a progressividade de um raciocínio lógico. Além de coerentes, as ideias apresentadas devem ser expressas de modo articulado, em nível de linguagem padrão, que permita ao leitor apreender com clareza todos os sentidos.

O primeiro passo para a produção de um texto dissertativo, depois de escolhido o tema, isto é, o aspecto do assunto que se deseja abordar, é estabelecer um objetivo. Este será responsável pela tese do autor, isto é, seu ponto de vista sobre o problema. É possível, então, redigir a frase-núcleo, que, na maioria das vezes, aparece na introdução. Esta deve conter um esboço das ideias a serem discutidas nos parágrafos seguintes.

O desenvolvimento, o chamado "corpo" do texto, deve obedecer ao projeto esquematizado pelo produtor, garantindo uma progressão dos argumentos. São as razões que sustentam a tese: explicações, exemplos, citações, dados numéricos etc. Elas são responsáveis pela objetividade da dissertação, cuja finalidade é convencer o leitor. Há várias formas de ordenação dos parágrafos, sempre constituídos de uma ideia básica seguida de complementares, mas o importante é que eles devem ser encadeados uns aos outros para constituir as relações que formam o tecido, que é o texto. Essa progressividade das ideias apresentadas é que permite ao autor chegar a uma conclusão, a qual não é, apenas, o último parágrafo, mas decorrência de todos os argumentos apresentados e deve ser absolutamente coerente com a tese.

Para a garantia da lógica e da coerência do texto dissertativo, é fundamental que apresente uma determinada estrutura – introdução, desenvolvimento, conclusão –, entretanto, não se trata, apenas, de três partes da redação, mas da sequência de um raciocínio planejado. Este será dedutivo, se apresentar a tese na introdução, seguida dos argumentos. Será indutivo, se, primeiro, aparecerem as fundamentações, para, só no final, ficar explícito o ponto de vista do autor.

TEXTOS NARRATIVOS

Narrar é representar ideias por meio de fatos organizados numa linguagem específica que lhes dê forma e sentido, no intuito de sensibilizar o leitor para uma maior e melhor compreensão do homem e da vida.

A produção do texto narrativo pressupõe a construção de um enredo baseado em fatos que se modificam no tempo, a criação de personagens que vivenciam os fatos, num determinado espaço, e a instituição de um narrador que, a partir de um ponto de vista, organiza todos esses constituintes. Um projeto narrativo deve, também, objetivar o emprego da linguagem enquanto matéria da construção formal e projetar os fatos narrados não como um fim em si mesmos, mas como suporte de ideias que os transcendem.

Assim, não basta reproduzir ou inventar alguns acontecimentos, colocando-os em sequência linear e em linguagem gramaticalmente correta, ignorando que o objetivo da proposta está, sobretudo, no seu uso particular enquanto o objeto instaurador de uma realidade que só, e exclusivamente, por ela é criada. A inventividade se pauta pelo dizer muito mais do que pelo imaginar. Portanto, não basta pensar uma história, é preciso criá-la em palavras. É da seleção, ordenação e imagística das palavras que resulta o trabalho criativo. Na literatura, as palavras não são um meio, mas um fim em si mesmas, importando menos o que dizem e mais como dizem. É no modo de realização que reside a grandeza ou o fracasso do texto literário.

REDAÇÃO 2012

INSTRUÇÕES GERAIS

I. Dos cuidados gerais a serem tomados pelos candidatos:

1. Leia atentamente as propostas, escolhendo uma das três para sua prova de Redação.
2. Escreva, na primeira linha do formulário de redação, o número da proposta escolhida. A colocação de um título é optativa, a não ser quando expressamente solicitada.
3. Redija seu texto a tinta (em preto).
4. Apresente o texto redigido com letra legível (cursiva ou de forma), em padrão estético conveniente (margens, paragrafação etc.).
5. Não coloque o seu nome na folha de redação.
6. Tenha como padrão básico o mínimo de 30 (trinta) linhas.

II. Da elaboração da redação:

1. Atenda, com cuidado, em todos os seus aspectos, à proposta escolhida. Às redações que não atenderem à proposta (adequação ao tema e ao tipo de composição) será atribuída nota zero.
2. Empregue nível de linguagem apropriado à sua escolha.
3. Estructure seu texto utilizando recursos gramaticais e vocabulário adequados. Lembre-se de que o uso correto de pronomes e de conjunções mantém a coesão textual.
4. Seja claro e coerente na exposição de suas ideias.

PROPOSTA I

DISSERTAÇÃO

PROPOSTA I – DISSERTAÇÃO

Leia o editorial abaixo procurando apreender o tema nele desenvolvido. Em seguida, elabore uma dissertação na qual você exporá, de modo claro e coerente, suas ideias acerca desse tema.

A boliviana Idalena Furtado vive há cinco anos no Brasil e, como tantos outros imigrantes sul-americanos, veio trabalhar numa confecção de roupas no bairro paulistano do Bom Retiro.

*Seu relato, publicado nesta **Folha**, descreve condições análogas às de uma situação de trabalho escravo. Trabalhava 15 horas por dia. Comia sobre a máquina de costura e dormia em um cômodo, "todo mundo amontoado".*

Aliciados em seus países de origem, bolivianos, peruanos e paraguaios se juntam a trabalhadores brasileiros para viver em oficinas clandestinas, sem direito a férias e a um dia de descanso semanal, enredados numa espiral de dívidas e degradação. O ambiente de clausura em que trabalham não poderia oferecer maior contraste com o das lojas de grife para as quais fornecem seus produtos.

Vistorias do Ministério do Trabalho responsabilizaram algumas marcas conceituadas por compactuar com o abuso. Nas oficinas que confeccionam roupas para suas lojas, verificou-se um regime de hiperexploração do trabalho: funcionários das empresas clandestinas tinham, por exemplo, de pedir autorização para deixar o local onde costuravam e viviam.

Relatos das condições nas chamadas "sweatshops" (oficinas-suadouro), em especial nos países em desenvolvimento, renderam publicidade negativa a marcas de artigos esportivos, brinquedos e roupas que, para uma sociedade ofuscada pelo brilho do consumo, parecem assim ainda associadas a prazer, desejo e sedução.

O consumidor raras vezes tem acesso à realidade que pode ocultar-se sob a aparência reluzente. A inclinação para o "consumo consciente" – trate-se de móveis de madeira certificada, empresas com responsabilidade social ou selos atestando compromisso contra o trabalho infantil – é algo relativamente recente no Brasil.

Depende, para fortalecer-se, do empuxo de fiscalização do Estado, que revela o avesso de algumas grifes. Ciente de fatos assim, o consumidor também se torna responsável, como pagante, pela degradação de seres humanos.

(Adaptado: **Folha de S. Paulo**. A2 opinião, sábado, 20 de agosto de 2011)

COMENTÁRIO DA PROPOSTA I

Um tema de enorme importância para os jovens de uma nação que pretende ombrear-se às mais desenvolvidas foi escolhido como motivo de reflexão no Processo Seletivo 2012 da PUC-Campinas: o trabalho escravo, no Brasil de hoje, e a degradação do ser humano. Acostumados a estudar, em seus livros de História do Brasil, o período da escravidão de negros vindos da África, mancha indelével de um passado que, até hoje, deixa sequelas dificilmente reparáveis, foram instados a reconhecer uma realidade presente no estado mais rico do país – a da exploração do homem pelo homem em nível de desumanidade.

O editorial do ano não deixa dúvidas sobre a existência do problema: a escravidão de trabalhadores brancos existe e pode ser constatada em uma simples visita a determinados bairros da cidade mais populosa do sudeste. Um relato de uma “escrava” boliviana, costureira de uma oficina de confecções no Bairro do Bom Retiro, em São Paulo, narrado em primeira pessoa, diferentemente de notícias publicadas por jornalistas ou de fatos resgatados por historiadores, torna viva a chaga social que muitos brasileiros ignoram ou fingem ignorar. Naturalmente, não há navio negreiro e senzalas, nem troncos e chibatadas, mas há o trabalho ininterrupto de 15 horas por dia, a remuneração aviltante e as condições desumanas de alojamento. Isso em pleno século XXI, em um país democrático que conquistou, a duras penas, suas leis trabalhistas.

Os três primeiros parágrafos do editorial descrevem a situação das oficinas clandestinas de costura, lembrando que trabalhadores bolivianos, peruanos e paraguaios “são aliciados” (= seduzidos, envolvidos, segundo o dicionário Houaiss) em seus países de origem por vozes desonestas que, naturalmente, se aproveitam da ingenuidade de miseráveis sedentos por melhores condições de sobrevivência.

A partir daí, as considerações voltam-se para o grande paradoxo: nessas oficinas descritas pela boliviana, são produzidas roupas de “marcas conceituadas”, oferecidas em lojas de luxo. O leitor pode se dar conta, então, do grande paradoxo: em ambientes luxuosos, a elite compra, por preços exorbitantes, produtos de grife fabricados, em “*swetshops*”, por pessoas humildes “hiperexploradas”.

O final do texto lembra que “a sociedade ofuscada pelo brilho do consumo”, subjugada pela espiral do “prazer, desejo e sedução”, dificilmente tem acesso aos bastidores por trás de vitrines iluminadas. O consumo consciente ainda

é incipiente no Brasil e, embora vistorias do Ministério do Trabalho tenham responsabilizado “algumas marcas conceituadas por compactuar com o abuso”, se não houver efetiva fiscalização do Estado, a situação pode não se alterar. A última frase é forte e deveria servir de slogan para campanhas de esclarecimento: “Ciente de fatos assim, o consumidor também se torna responsável, como pagante, pela degradação de seres humanos”.

A leitura do texto deixa clara a tese: a extinção do trabalho escravo, no Brasil, o qual leva à degradação do ser humano, só ocorrerá quando houver divulgação de informações, conscientização dos consumidores e fiscalização do Estado. Dificilmente, o candidato discordará dela, no entanto sua dissertação poderá apresentar contribuições pessoais, se acrescentar considerações sobre: a desigualdade social entre exploradores e explorados; o ainda existente trabalho infantil, as garantias de condições de trabalho dadas pela Constituição Brasileira; a responsabilidade do Estado na fiscalização dos empregadores; o papel da mídia na divulgação de informações; a imposição, por meio da sedução, de marcas famosas; o grande paradoxo de artigos caros passarem pelas mãos de trabalhadores mal pagos na clandestinidade; o consumo consciente e a responsabilidade dos consumidores; o desemprego na América Latina; a emigração em busca de melhores condições de vida; exemplos de exploração do trabalho em outros ambientes que não apenas os das confecções.

REDAÇÃO 1

Exploração de mão de obra e mudança estrutural

Henrique Rocha

A exploração de mão de obra de imigrantes bolivianos, peruanos e paraguaios é fruto de diferentes fatores econômico-sociais, que, em momento algum, justificam o tratamento desumano atribuído a esses trabalhadores por empresários brasileiros, sejam eles "micro" ou "mega" empreendedores.

De início, observa-se que, no Brasil, há maior oferta de trabalho para esse contingente de imigrantes do que nos respectivos países de origem. Aparentemente, a baixa remuneração paga a esses trabalhadores mostra-se mais interessante do que a oferecida nos países vizinhos. Este é um fato. Simultaneamente, a legislação trabalhista brasileira pressiona o empresariado a buscar formas de redução do custo de produção de mercadorias e serviços, a fim de alcançar preços mais competitivos. Como resultado dessa pressão, observa-se, no Brasil, alto índice de informalidade no mercado de trabalho e constante busca pela "terceirização de mão-de-obra", justamente porque os encargos trabalhistas são extremamente elevados em nosso país. Como pano de fundo, a fiscalização por parte do Estado é insuficiente e inconstante, trazendo ao empresariado e à sociedade, como um todo, uma atmosfera de impunidade, que acaba incentivando certos empresários a buscarem essa forma de exploração como alternativa ilegal para a maximização dos lucros.

Obviamente que os fatores ora mencionados não justificam, de forma alguma, a exploração desumana da mão-de-obra de imigrantes, que, em determinadas situações são tratados como escravos na execução de seus trabalhos, em péssimas condições de saúde e higiene. Diante desse cenário, o que fazer? Devemos deixar de comprar artigos produzidos por grifes de luxo, sob o argumento de que essas "grandes empresas" exploram mão-de-obra imigrante? Mas e os pequenos e médios empresários brasileiros também não incorrem nessa mesma irregularidade, ao agruparem imigrantes em cozinhas de pequenos restaurantes, lanchonetes ou micro-confecções? Infelizmente, os noticiários nos

mostram que o abuso dessa mão de obra não é prerrogativa de grandes grupos econômicos, mas, sim, de todo e qualquer empresário que menospreza a dignidade da pessoa humana.

De fato, não há uma única causa a ser enfrentada para a solução desse grave problema. O esforço da sociedade deve ser conjunto, com maior fiscalização por parte do Estado para reprimir a exploração do imigrante, acompanhada de medidas para a desoneração dos encargos trabalhistas que, atualmente, incentivam a informalidade e a exploração. Somadas a essas medidas de cunho institucional, o incentivo ao “consumo consciente” deve ser constante, com a criação de certificações que também incluam programas de melhoria no ambiente de trabalho e o cumprimento da legislação trabalhista.

Como se vê, esse grave problema não se resolverá com a repressão pura e simples do consumo de produtos de grife, mas, sim, mediante a implantação de uma mudança estrutural, que envolve ações políticas e, também, culturais, pois a exploração da mão de obra imigrante, é sabido, não ocorre apenas nas grandes empresas, mas, também, pode ser encontrada facilmente no “mercadinho” de nosso bairro.

REDAÇÃO 1 – ESTUDO CRÍTICO

O texto inicia-se com o foco temático – a exploração de mão de obra escrava por micro ou mega empresários – e a afirmação de que ela “é fruto de diferentes fatores econômico-sociais” que não justificam “o tratamento desumano”. A introdução, pois, orienta o leitor para o que vai ser exposto como realidade brasileira e para a tese que aparece no final. De cunho indutivo, a dissertação vai encadear ideias válidas e contribuições pessoais.

O segundo parágrafo aponta e comenta dois fatores responsáveis pela ilegalidade da mão de obra escrava no Brasil: a maior oferta de oportunidades de trabalho para os imigrantes sul-americanos em relação à dos seus países de origem e a rigorosa legislação trabalhista brasileira, que impõe pesados encargos financeiros aos patrões. Os custos de um funcionário registrado em carteira são tão altos para os empregadores, que estes buscam meios de burlar as leis recorrendo à “terceirização da mão de obra”. Em seguida, o texto lembra um terceiro fator – a fiscalização “insuficiente e inconstante” por parte do Estado, da qual decorre uma “atmosfera de impunidade” para as formas ilegais de obtenção de lucro, formas essas que chegam a promover a degradação do trabalhador mantido em condições desumanas.

Posto o problema, aparece a figura do consumidor dos produtos fabricados em condições aviltantes, mas vendidos em lojas de luxo como artigos de grifes famosas. Está implícito que o candidato se refere a notícias veiculadas pela mídia que ligam nomes de empresas importantes no comércio de luxo ao trabalho informal de oficinas clandestinas. Mas, importa lembrar que não apenas “grandes grupos econômicos” lançam mão desses recursos excusos, pois são utilizados por todo e qualquer “empresário que menospreze a dignidade da pessoa humana”.

O encadeamento das ideias leva à conclusão de que o problema é grave, pois as causas são várias e, portanto, várias as medidas a serem tomadas, desde a fiscalização por parte do Estado e a desoneração dos altos encargos trabalhistas, até o incentivo ao consumo consciente. Mas há algo muito mais importante deixado para o parágrafo final. De maneira realista e crítica, o texto mostra que não basta a repressão. É preciso muito mais: a implantação de “uma mudança estrutural, que envolve ações políticas e, também, culturais.”. E o argumento é irrefutável: o

abuso de recursos excusos não é privilégio de grandes empresas, cujos donos objetivam altos lucros. É, também, arma de pequenos donos de pequeno comércio.

A leitura da dissertação permite ao leitor observar que o produtor do texto revela informatividade, oferecendo várias contribuições pessoais: as ideias de existência de leis trabalhistas brasileiras que impõem pesados custos a quem registra o empregado; a competição existente no mercado, a qual pressiona os empresários a tentar reduzir os seus custos; a fiscalização insuficiente do Estado; o fato de a mão de obra escrava existir escondida também em pequenos estabelecimentos; o argumento de que o desprezo pela dignidade humana é que leva donos até de pequenos restaurantes e lanchonetes a explorar seus empregados; a necessidade de o governo rever os encargos trabalhistas altamente onerosos para qualquer patrão que assine a carteira de trabalho de seu empregado; e a necessidade não apenas de medidas fiscalizadoras e punitivas, mas de uma "mudança estrutural" que envolva não apenas "ações políticas", mas culturais, pois é o homem-patrão que precisa se conscientizar, mesmo aquele do "mercadinho do bairro".

Quanto à contribuição pessoal (tudo aquilo que o produtor do texto acrescenta ao que pode ser aproveitado da coletânea, atestando seu conhecimento de mundo), é preciso ressaltar que pode aparecer não apenas em ideias novas, mas nos usos da linguagem, no simples emprego de palavras que supõem implícitos. É o caso de "simultaneamente" (parágrafo 2), que indica a concomitância de duas situações: a aparente vantagem de o imigrante ganhar um pouco mais no Brasil e a imposição da legislação no país; fiscalização "inconstante" (parágrafo 2), que lembra o fato de não haver rigor na manutenção de uma fiscalização periódica, contínua, eficaz, pois a inconstância leva à negligência dos possíveis infratores; "atmosfera" de impunidade (parágrafo 2), o ar que se respira, o que faz pensar em algo dissolvido em ambientes grandes, como, por exemplo, o país todo; medidas de "cunho institucional" (parágrafo 4), que lembram leis, projetos, regras, normas do governo, não eficazes como provou o texto, menos produtivos que uma conscientização social.

Uma boa redação com marca autoral do texto.

REDAÇÃO 2

O obsoleto e o contemporâneo

Natália de Faria Bittencourt

Desde a formação das sociedades humanas, a divisão do trabalho entre os homens é notória, visto que a imposição do modelo capitalista, aliada às necessidades mercadológicas de cada época implicam que cada qual deve ser responsável pela melhor forma de executar uma determinada tarefa em um certo período de tempo, pois a mesma implica a geração de lucro para o detentor dos meios de produção.

A Revolução Industrial da pioneira Inglaterra explorou fielmente tal conceito, dividindo em proletários e burgueses a nascente sociedade das máquinas, na qual encontrou o embasamento sólido para a exploração dos camponeses provenientes do êxodo rural motivado pelas indústrias. Os operários tinham pesadas jornadas de trabalho, ausência de leis trabalhistas, salários baixos e péssimas condições de moradia, vivendo em bairros industriais da urbe que não contavam com infraestrutura e saneamento básico, o que levava à morte milhares de pessoas devido às doenças que permeavam o local.

Assim como na Revolução Industrial, atualmente, grandes indústrias de calçados, roupas, brinquedos, entre outros que sustentam a necessidade imediata de consumo, utilizam-se do modelo imposto no século das máquinas e, concomitantemente, no sistema fordista – divisão do trabalho – para explorarem pessoas no mundo todo. Essa gente vende sua mão de obra a custos ínfimos para poder sobreviver, ou, então, aceita a oferta de submissão acreditando na promessa de um local para morar, como é o caso dos imigrantes sulamericanos que trabalham exaustivamente na produção de roupas no bairro Bom Retiro na cidade de São Paulo.

Indubitavelmente, o proletariado contemporâneo é vítima de um sistema implantado há séculos, que se aproveita da miséria e das necessidades causadas por ela, para escravizar milhares de pessoas de países subdesenvolvidos, enquanto alimenta uma sociedade frívola com desejo imediato de consumir cada vez mais de forma voraz. Na minoria das vezes esta tem acesso à realidade social.

Ademais, quando advertidas por órgãos públicos nacionais e internacionais, as indústrias de grande porte, que buscam nos países pobres isenção fiscal, sofrem punições insignificantes, o que retrata um descaso pelas milhares de vidas humanas que sofrem, todos os dias, devido à exploração.

Sendo assim, a necessidade de criação e aplicação de leis mais rígidas é de suma importância para que o ser humano seja respeitado e valorizado em sua totalidade, independente de credo ou classe social. Só assim o trabalho exaustivo em pequenas e grandes indústrias deixará de ser um fato cotidiano. É indiscutível, também, que, a partir da atuação dos órgãos de defesa que protegem o homem desses abusos, as leis mercadológicas e suas ideologias devem reavaliar seus conceitos e garantir ao trabalhador condições dignas.

REDAÇÃO 2 – ESTUDO CRÍTICO

A imposição do modelo capitalista é a ideia escolhida para dar início ao texto. O candidato lembra que o homem passou a ser responsável pela execução de tarefas que tragam lucro para aquele que for “detentor dos meios de produção” o que traz, implícita, a ideia de poder. A menção ao tempo proposto para que elas devam ser realizadas estabelece a coerência com o foco temático, pois a coletânea aponta a opressão de trabalhadores com exaustivas jornadas de 15 horas por dia a mando de patrões desumanos.

O segundo parágrafo utiliza um argumento histórico, lembrando a revolução industrial na Inglaterra, quando o surgimento das máquinas promoveu a exploração de camponeses que, atraídos pela oportunidade de trabalho nas fábricas, passavam a ser prisioneiros de um regime de exploração desumana. A ausência de direitos trabalhistas os prendia em uma forma de escravidão.

Referindo-se a esse período da História, o produtor do texto afirma, em seguida, que ele não se esgotou, pois, em pleno século XXI, grandes indústrias de calçados, roupas, brinquedos, aplicam “o modelo imposto no século das máquinas” e “concomitantemente o modelo fordista”, explorando mão de obra de pessoas desfavorecidas “do mundo todo”. É o momento de utilizar o argumento de presença oferecido pela coletânea: imigrantes sulamericanos explorados, hoje, na confecção clandestina de roupas no bairro Bom Retiro da cidade de São Paulo.

Naturalmente, os dois parágrafos iniciais dão relevo à ideia de que, transcorrido mais de um século, o modelo de exploração do mais fraco não se esgotou e se aproveita do consumismo desenfreado das sociedades modernas, para “escravizar milhares de pessoas de países subdesenvolvidos” acossadas pela miséria. Tal como no êxodo rural da Inglaterra antiga, quando camponeses pobres se iludiam com a esperança de encontrar melhores condições de sobrevivência nas cidades, os imigrantes sulamericanos, atraídos pelas promessas falsas de trabalho digno, vêm ao Brasil e acabam “vendendo sua mão de obra a preços ínfimos” e sujeitando-se a condições aviltantes.

A ideia de que esse trabalho escravo alimenta o desejo voraz de consumo liga-se, no texto, à afirmação posterior de que “indústrias de grande porte, que buscam nos países pobres isenção fiscal, sofrem punições insignificantes”. O implícito fica a cargo do bom leitor: se há advertência de “órgãos nacionais e

internacionais”, por que a impunidade? A resposta não estaria já na última frase da introdução? (“*geração de lucro para o detentor dos meios de produção*”) uma vez que, “na minoria das vezes” a sociedade frívola “tem acesso à realidade social”?

A conclusão do texto afirma a necessidade de “criação e aplicação de leis mais rígidas” para que o trabalho exaustivo deixe de ser “um fato cotidiano”. Porém o mais importante é que as “leis mercadológicas e suas ideologias” devem ser reavaliadas.

A dissertação deixa implícitos alguns questionamentos que o leitor deve se fazer. Um deles é: se os consumidores tivessem acesso à realidade social desses trabalhadores semiescravos (o texto afirma que poucos têm), mudariam seu modo de agir diante de vitrines tentadoras de “roupas, calçados e brinquedos”? Se não basta a advertência de organismos nacionais e internacionais, será possível uma reavaliação de conceitos por parte dos órgãos de defesa do trabalhador? Se o modelo de exploração do homem pelo homem não mudou desde o passado, é possível haver esperanças de transformação? Essa foi a contribuição pessoal do candidato.

REDAÇÃO 3

Um problema, vários culpados

Graziela Leslie Magossi

A problemática situação de exploração do trabalho dos imigrantes não é exclusividade dos EUA em relação ao México. O Brasil também passa por tal problema, recebendo bolivianos, peruanos e paraguaios que, na esperança de uma condição de vida melhor, deparam com uma realidade tão difícil quanto aquela da qual saíram. Se já está difícil para o próprio brasileiro, para o imigrante é ainda pior, pois tentar desenvolver-se em terra desconhecida leva tempo e exige muito esforço. Além disso, as poucas oportunidades de emprego que o Brasil oferece exigem mão-de-obra qualificada, justamente o que a maioria dos imigrantes não têm, levando-os a optarem por partir para as empresas ou oficinas clandestinas.

No entanto, aos olhos de um mero observador, pode parecer que os culpados desse embarço social são os donos dessas empresas, que degradam as condições de trabalho dos imigrantes, usando a hiperexploração. A questão é que os olhos do observador são os mesmos que brilham ao ver, na vitrine dos shoppings, um produto de marca famosa, mas fabricado, com suor e sacrifício, por uma mulher que é obrigada a deixar a família em busca de, pelo menos, um pouco para se manter, apesar da precariedade das condições de seu trabalho. São olhos que não se compadecem, olhos enfeitiçados por uma cultura consumista, que se preocupa mais com o resultado final do produto, sem dar importância à sua origem. São brasileiros que, de repente, ficam cegos frente a uma realidade com a qual não querem se importar, priorizando somente a satisfação de seus desejos momentâneos. O que é bonito nem sempre é ético. Muitas grifes famosas usufruem dos benefícios da clandestinidade, comprando produtos de empresas clandestinas. Isso quer dizer que elas, também, têm grande parcela de culpa e, por conseguinte, aqueles que consomem os produtos dessas grifes não estão imunes à acusação de cúmplices, já que é obrigação de cada um buscar informações no momento da compra.

Nesse contexto social, é difícil não relacionar a exploração dos imigrantes à escravidão. Em confecções de costura do Bom Retiro, em São Paulo, por

exemplo, o fato de os funcionários trabalharem quinze horas por dia, sem folga semanal e terem de pedir autorização para deixar o local onde costumam e vivem assemelha-se, e muito, à situação dos escravos dos senhores de engenho do século XIX.

É lamentável que, em pleno século XXI, muitos consumidores ainda sejam pagantes e compactuantes com esse abuso e, por que não dizer, marionetes do sistema capitalista que, visivelmente (para os que se dispõem a enxergar), se contrapõe à valorização e ao cumprimento dos direitos humanos. Já que o problema é social, nada mais cabível do que a intervenção do Estado, no sentido de uma fiscalização eficaz das grifes e das empresas clandestinas, assim como de uma melhor administração e controle da entrada de imigrantes no Brasil, de modo que tudo seja legal e favorável para ambos os lados.

A conscientização do consumidor não se deve restringir apenas à sustentabilidade ambiental, mas, também, a uma igualdade e justiça social a fim de que se preservem os direitos universais e fundamentais do homem à vida, à segurança, à igualdade e à liberdade.

REDAÇÃO 3 – ESTUDO CRÍTICO

A dissertação sobre o trabalho escravo no Brasil hoje diferencia-se das outras por, sem perder o foco temático, lançar seu olhar sobre o consumidor. Com argumentação convincente e boa progressão temática, consegue convencer que ele é “compactuante” com esse abuso, deixando implícita a carga de responsabilidade que lhe cabe nesse processo.

A introdução do texto lembra que a exploração do trabalho de imigrantes mexicanos nos Estados Unidos é conhecida, mas que, no Brasil, também existe o problema com relação a sulamericanos. Atraídos por promessas de melhores condições de vida, eles enfrentam uma realidade hostil, pois, como não têm qualificação para bons empregos, acabam caindo nas armadilhas de oficinas clandestinas e passam a viver e a trabalhar em condições degradantes.

O segundo parágrafo já traz a figura do consumidor, pois o cidadão que atribui a causa da “hiperexploração” aos donos das empresas é o mesmo que compra os produtos fabricados por operários aviltados. A palavra “olhos”, repetida três vezes, é utilizada em seu sentido conotativo (“aos olhos de um mero observador” do problema) e denotativo (“olhos que brilham ao ver, nas vitrines do shopping, um produto de marca famosa”). A metonímia de “olhos que não se compadecem” (parte pelo todo), entra nesse jogo de linguagem, revelando uso pessoal do léxico. Em “O que é bonito nem sempre é ético”, fica evidente essa duplicidade de sentidos da visão, que pode ser a física, que se deslumbra com produtos bonitos e de marca na vitrine iluminada da loja de grife, e a visão crítica que vai além das aparências e tem a capacidade de considerar o que é desumano e antiético na condução do processo de confecção do produto.

A ideia subsequente explica o que essa visão crítica deveria ver: “grifes famosas usufruem dos benefícios da clandestinidade”, comprando produtos de oficinas que burlam as leis trabalhistas. Portanto, quem consome essas mercadorias é cúmplice delas, por não se informar.

O texto prossegue, utilizando a descrição, oferecida pela coletânea, da situação atual de exploração de imigrantes em oficinas de costura brasileiras e a compara à de escravos dos senhores de engenho do século XIX. Esse resumo serve para reafirmar que o consumidor de produtos assim fabricados compactua com o abuso de poder dos exploradores e se torna

“marionete” do sistema capitalista “que se contrapõe à valorização e ao cumprimento dos direitos humanos”.

Entre as medidas propostas para o problema, que afirma ser social, o produtor do texto propõe o que o senso comum sugere – como a intervenção do Estado no sentido de uma fiscalização mais eficaz – mas vai além, e dá sua contribuição pessoal, enfatizando a urgência de melhor administração de controle da entrada de imigrantes no Brasil.

A conclusão retoma a ideia-mãe, a de que a conscientização do consumidor, além da sustentabilidade ambiental tão alardeada hoje, deve contribuir para a igualdade e a justiça social, a fim de que se preservem os direitos humanos. O texto mostra que seu autor teve um objetivo em mente ao planejá-lo.

REDAÇÃO 4

Queda de máscaras

Fernanda Rigo Stanzani

A primeira revolução industrial ocorreu na Inglaterra, no século XVIII. Baseada na produção têxtil, os recintos das fábricas eram inapropriados para o trabalho humano – sem luminosidade, ventilação e segurança suficientes – e somavam-se à inexistência de leis trabalhistas e ao trabalho infantil. Apesar de, muitos anos depois, surgir uma terceira revolução industrial (tecnocientífica), com a existência de sindicatos e proteção judicial dos trabalhadores, as reais condições de muitos operários se escondem por trás do luxo e prestígio de grandes marcas e do consumismo inconsciente. O mercado atual encoberta seu quadro de degradação e de irregularidades com uma aparência agradável e convidativa de seus produtos.

Os países da América Latina sofreram uma industrialização tardia. Essa, por sua vez, gerou uma urbanização rápida e sem planejamento. Chamada de hipertrofia urbana, a situação das cidades e dos trabalhadores que nela vivem torna-se cada vez mais complicada, devido a problemas de infraestrutura. Buscando melhores condições de vida e salários, muitos cidadãos deslocam-se de suas cidades, estados e, até mesmo, de seus países. É o que acontece com paraguaios, bolivianos e peruanos que se dirigem ao Brasil devido à situação vivida em suas regiões de origem, mas encontram, aqui, um mercado que já não suporta mais tanta concorrência e que exige maior qualificação. Tendo em vista a realidade de muitos imigrantes, empresas clandestinas aproveitam-se da mão de obra vulnerável e barata, sujeitando-a a péssimas condições de trabalho e salários irrisórios. Como recentemente veio a público, várias confecções brasileiras de roupas de grife, expõem seus trabalhadores – em grande parte imigrantes sul-americanos – a uma situação análoga à da escravidão. Essa hiperexploração e degradação é, em sua maioria, vinculada a grandes marcas de produtos de circulação nacional.

Por não ter conhecimento das condições em que esses produtos são fabricados, o mercado consumidor continua alimentando o ciclo de escravidão.

Como ainda não é costume, no país, a maioria dos compradores não busca ou exige informações sobre o processo de produção da mercadoria, não praticando nem estimulando um consumo consciente.

Apesar de bem distante das máquinas a vapor e dos navios negreiros, a realidade de muitos trabalhadores parece retroceder no tempo. Cabe ao governo e, também, à população a exigência de maior fiscalização das condições de produção das mercadorias. Dessa forma, a melhor maneira de evitar a degradação humana no trabalho é retirar as máscaras de um mercado baseado na exploração.

REDAÇÃO 4 – ESTUDO CRÍTICO

Uma introdução organizada por tempo dá início ao texto. Na Inglaterra, no século XVIII, a produção têxtil começou a ser feita em fábricas, cujos recintos – “sem luminosidade, ventilação e segurança suficientes” – não levavam em conta a necessidade de condições apropriadas para o trabalho humano; no Brasil, em pleno século XXI, as péssimas condições oferecidas a operários clandestinos se escondem “por trás do luxo” dos produtos por eles fabricados e do “consumismo inconsciente”. Naquela época, a da revolução industrial, não havia leis trabalhistas, o que pode ser uma justificativa. Hoje, era da revolução tecnocientífica, há sindicatos e proteção judicial dos trabalhadores. Fica para o leitor a pergunta: neste caso, onde está a justificativa? Como pode o mercado atual agir da mesma maneira se há aparatos de fiscalização?

O segundo parágrafo aborda os efeitos da industrialização na América Latina, focando a decorrente “urbanização rápida e sem planejamento”, com prejuízo para os trabalhadores. A hipertrofia das cidades cria problemas de infraestrutura para os que nelas buscam melhores condições de vida. Esse preâmbulo vai justificar as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes sulamericanos que se deslocam para São Paulo, a metrópole mais populosa do país, à procura de melhores condições de sobrevivência, mas nela deparam com situação análoga ou pior que a de seus países de origem. Se na Bolívia, Peru, Paraguai, não conseguiam emprego, no Brasil, só os cidadãos mais qualificados têm oportunidades de serviço digno. Os mais pobres e vulneráveis são explorados como mão de obra barata por patrões inescrupulosos que não hesitam em expô-los a uma situação análoga à da escravidão.

A ideia seguinte vincula “a hiperexploração e degradação” desses trabalhadores, em confecções clandestinas, a “grandes marcas de produtos nacionais”. A expressão “grandes marcas” lembra ao leitor objetos de desejo de consumidores, para os quais a aquisição de roupas e calçados de grife dá status e, por isso, não se interessam pelo processo de sua fabricação. O produtor do texto lembra que essa é uma atitude habitual, pois “não é costume no país” a busca de informações, a qual revelaria um consumo consciente. Toca em uma questão cultural característica de países emergentes que valeria a pena ser mais estudada.

A conclusão toma a ação do título (queda de máscaras) como necessidade premente em um país, que, como ficou claro na introdução, não hesita em retroceder aos tempos dos “navios negreiros” e “das máquinas a vapor”. Se o mercado de luxo “encoberta (...) irregularidades com uma aparência agradável e convidativa de seus produtos” e continua, assim, “alimentando o ciclo de escravidão” é preciso desmascará-lo por meio de ações não só do governo, mas de uma população consciente.

O produtor do texto ordenou bem a linha do seu raciocínio, oferecendo uma coerência circular com o não abandono da ação-título, que não só afirma a existência de uma face falsa e bonita para um mercado explorador dos mais pobres, como desvenda o avesso e põe em cheque a realidade de um rosto deformado de um capitalismo brutal.

REDAÇÃO 5

O trabalho escravo no Brasil

Plínio José Whitaker Wolf

Mesmo depois de mais de um século da criação da lei Áurea (1888), que tornava o trabalho escravo proibido no Brasil, ainda existem, lamentavelmente, casos explícitos de escravidão. Nesse sentido, há recentes descobertas de casos de trabalho forçado no estado de São Paulo, região mais rica do país. Contudo, o que leva o Brasil, que já é a oitava potência mundial, a apresentar esse grande impasse humano e social?

Primeiramente, o Brasil, como país emergente, está atraindo cada vez mais indústrias multinacionais para o seu território, devido às condições favoráveis que apresenta. Paralelamente, são atraídos imigrantes, sobretudo os latino-americanos, que buscam melhores condições de vida com os empregos gerados por elas. Assim, pela lógica capitalista que visa, sempre, aos lucros, algumas empresas de marcas famosas passam a terceirizar para oficinas que exploram clandestinamente essa mão de obra, o que se reflete nas atuais descobertas de confecções ilegais na cidade de São Paulo, as quais oferecem condições sub-humanas a seus trabalhadores. É o caso da descoberta de uma, no bairro do Bom Retiro, que produzia roupas da famosa marca "Zara", porém esta afirmou que desconhecia o fato, sendo salva pela justificativa da terceirização.

Nesse contexto, é evidente que o trabalho terceirizado, em alta na atualidade, camufla a questão do trabalho escravo, pois as empresas que recebem o serviço prestado podem alegar desconhecimento. Portanto, cabe ao Estado uma fiscalização efetiva nessas empresas terceirizadas e, também, punição mais rigorosa para impedir a disseminação dessa prática. Além disso, os consumidores também podem desempenhar um papel essencial a partir da lógica do "consumo consciente". Afinal, esse tipo de atitude se baseia na compra de produtos fiscalizados, que não prejudicam o meio ambiente e muito menos utilizam a exploração no trabalho. Assim, com esse tipo de conscientização crescente no Brasil, empresas não fiscalizadas deixarão de ter preferência dos consumidores, podendo, então, ser fechadas.

Por tudo isso, o Brasil, que já possui destaque internacional pela sua condição de país emergente, precisa ter maior atuação nos setores sociais para se concretizar como uma potência. A eliminação do trabalho escravo é fundamental. É necessária a atuação de toda a sociedade, ou seja, a ação conjunta ao Estado e do consumidor, sendo o primeiro responsável pela fiscalização rigorosa e o segundo, pelo consumo consciente. Dessa maneira, o brasileiro será, também, destaque pela conscientização social, o que, no presente, é justamente o de que o país carece.

REDAÇÃO 5 – ESTUDO CRÍTICO

O olhar crítico do produtor do texto vai procurar, na terceirização, a causa de “casos explícitos de escravidão” no estado de São Paulo, “mesmo depois de um século da criação da lei Áurea”. No primeiro parágrafo lança a pergunta que vai nortear toda a busca de resposta: “O que leva o Brasil, que já é a oitava potência mundial, a apresentar esse grande impasse humano e social”? Deixa claro para o leitor que o problema é grave, pois atinge tanto o ser humano em si, como a sociedade como um todo.

Em seguida, descreve a dupla face do país, que, por ser emergente, atrai, de um lado, indústrias multinacionais, de outro, contingentes de imigrantes latinoamericanos que veem, nelas, oportunidades de emprego. Mas logo lembra que não é simples assim conciliar demanda e oferta, pois o modelo capitalista impõe a necessidade de lucros e, daí, a busca das empresas por mão de obra barata. Ora, esta se consegue com a exploração do trabalhador e é isso que fazem as oficinas clandestinas, enclausurando em “condições subumanas” seus operários. Quando a loja de luxo, que comercializa os produtos fabricados por essas mãos, é acusada de ilegalidade, a desculpa recai sobre a terceirização.

Lançada uma luz sobre a existência da hiperexploração no país e desmascarado esse jogo de empurra, cabe ao Estado, diante das falsas desculpas de empresas que comercializam marcas famosas, não só a fiscalização “efetiva” das oficinas terceirizadas como a punição “rigorosa”. Os adjetivos “efetiva” (= que produz efeito real) e “rigorosa” (= forte, vigorosa, severa, intensa), não deixam dúvida sobre a gravidade do problema. Não bastam fiscalização complacente e punição leve para infratores, pois é preciso impedir a “disseminação dessa prática”.

Entretanto, não é só ao governo que cabem medidas repressoras. O consumidor tem papel importante na luta contra o trabalho escravo, pois se se decidir, corajosamente, a comprar apenas produtos “fiscalizados”, empresas que recorrem à exploração do trabalho ilegal de trabalhadores poderão ser fechadas.

O raciocínio retoma, agora, a ideia de que, por já ser “destaque internacional”, o Brasil, como país emergente, para tornar-se, um dia, uma potência “precisa ter maior atuação nos setores sociais”, fiscalização por órgãos competentes e, sobretudo, o de que o país carece, consumo consciente por parte do brasileiro.

O olhar sobre a terceirização como elemento chave para a exploração dos trabalhadores foi a contribuição pessoal do candidato.

PROPOSTA II

DISSERTAÇÃO

PROPOSTA II - DISSERTAÇÃO

Atente para o texto seguinte:

De quem é, afinal, a internet?

A pergunta se justifica: há um árduo debate sobre a possibilidade de haver algum efetivo controle sobre as matérias divulgadas pela internet. Há quem defenda a liberação absoluta de todos os espaços de navegação, em nome da democracia e do direito universal à informação; mas há quem alegue os riscos que muitas matérias podem representar para a coletividade e defenda, por isso, algum mecanismo de controle. De fato, ao navegarmos, encontramos de tudo: verdades e mentiras, arte e pornografia, informações confiáveis e notícias maliciosas, campanhas justas e mobilizações preconceituosas. Haverá alguma medida a ser tomada? Qual? E por quem? E em nome de quê, ou de quem?

Redija uma **dissertação**, em prosa clara e coerente, sobre o texto acima, dando especial atenção às perguntas que o finalizam. Para isso, busque formular propostas que possam, a seu ver, responder adequadamente a essas perguntas.

COMENTÁRIO DA PROPOSTA II

A Proposta II de texto dissertativo trata de um assunto do mundo contemporâneo – a Internet – e propõe discussão sobre o tema do controle sobre as matérias divulgadas pela rede. O texto de apoio afirma que, na sociedade atual, há um árduo debate, com posições opostas, sobre a possibilidade de haver algum efetivo controle sobre as matérias divulgadas pela internet.

No texto apresentado, duas ideias se opõem e lançam a polêmica da modernidade: deve haver liberdade em todos os espaços de navegação na Internet, em nome da democracia e do direito universal à informação ou deve haver algum mecanismo de controle das matérias divulgadas pela Internet, pois poderiam apresentar riscos para a coletividade? O autor da redação deve posicionar-se em relação às duas posições antagônicas, com argumentos sobre a liberdade de expressão, os direitos universais, a democracia, a moral ou a ética, de um lado, ou sobre os malefícios causados pela *web* e noticiados frequentemente nos veículos midiáticos, de outro lado.

O texto de apoio traz à tona o fato de que, na Internet, circula de tudo, tanto para o bem, como para o mal, ou seja, há “verdades e mentiras, arte e pornografia, informações confiáveis e notícias maliciosas, campanhas justas e mobilizações preconceituosas”. Os opostos estabelecem a necessidade de o candidato assumir uma posição em favor ou contra a censura da Internet ou de seu controle, o que poderia ser feito pelo Estado ou por outros órgãos sociais. Em favor da Internet, o argumento poderia direcionar-se a ela, por exemplo, como fonte de busca para pesquisas de todos os tipos, com previsões de evolução para a “computação em nuvem” (armazenamento virtual de milhares de arquivos) e com possibilidade, cada vez maior, de acesso a informações. A interdição de informações e os roubos dos “hackers”, ou o risco de se perder a privacidade, por ingenuidade ou desconhecimento do poder de disseminação na Internet, tornando público o que é pessoal, seriam argumentos em favor do seu controle, dentre outros.

A grande contribuição pessoal do redator da dissertação estaria nas respostas adequadas às questões propostas: de quem é a Internet? Haverá alguma medida a ser tomada sobre as divulgações na rede? Qual medida? Por quem?

Como resposta poderia ser discutida alguma solução individual ou, principalmente, coletiva. Em nome de quê ou de quem? Em nome do governo, de religiões, da família, da escola ou de outras instituições e organizações.

Enfim, o caráter paradoxal da Internet como possibilidade de inserção no mundo das ideias (expresso sem restrição de censuras) e de riscos pessoais (alienação, vulnerabilidade a más influências etc) pode ser explorado no texto do candidato.

REDAÇÃO 6

Autonomia para as relações comunicacionais

Rafael Mazza Lontro

Desde sua popularização, a rede mundial de computadores vem transformando as relações tradicionais de emissão e recepção estabelecidas nos demais meios de comunicação de massa. Com isso, tem-se debatido bastante a respeito da necessidade de implementação de mecanismos de controle sobre a Internet. Embora seja indiscutível a existência de conteúdos indesejáveis como consequência dessa nova liberdade de difusão de informação, não se deve defender o controle forçoso – estatal, por exemplo – do meio. É preciso, isto sim, utilizar o sistema educacional, bem como as próprias tecnologias de informação e comunicação (inclusive a Internet) para formar internautas aptos a lidar com a diversidade de informação de maneira autônoma.

Já é de grande conhecimento, no campo das Teorias da Comunicação, a frase de McLuhan “o meio é a mensagem”. Apesar de generalizante, o pensamento do canadense nos ajuda a compreender que os meios de comunicação possuem significados e consequências para a estrutura social, de maneira relativamente independente aos conteúdos veiculados.

A Internet substituiu o modelo “*broadcasting*” da TV e do rádio por uma teia comunicacional onde todos emitem e recebem. Isso é um grande avanço na forma de nos relacionarmos com a informação. Não é à toa que um país ditatorial como a China faça grande esforço para censurar a *web*. Vale lembrar o passado contrastante quando, na URSS, o jornal oficial publicado pelo Estado era chamado de “*Pravda*”, significando “a verdade”.

É verdade que, no capitalismo contemporâneo, a informação também é monopolizada, não pelo Estado, mas por grandes corporações. Mesmo na Internet, elas detêm a maior parte das atenções quanto à divulgação de conteúdos, sejam jornalísticos ou relativos à cultura e ao entretenimento. No entanto, não é de se ignorar a presença engajada de grupos como os de blogueiros ativistas, que atuam fazendo sua divulgação de notícias e opiniões à margem da mídia oficial.

Grupos como esses não podem ser calados por qualquer instituição que pretenda tutelar os cidadãos, conferindo a si a autoridade para julgar, universalmente, o bom e o mau conteúdos. Ao invés de formar cidadãos desorientados, que necessitem constantemente de um selo de aprovação para acessar qualquer conteúdo – sabemos que nem sempre os interesses da população convergem com os do Estado ou das grandes corporações capitalistas –, o ideal seria que o sistema educacional, bem como os aparatos educacionais midiáticos do Estado, colaborassem para formar internautas que não legitimassem em seu pensamento qualquer conteúdo, apenas por este ter sido publicado. O internauta deve ter a capacidade de reflexão sobre aquilo que vê, sabendo selecionar e divergir mesmo das opiniões oriundas do próprio Estado.

REDAÇÃO 6 – ESTUDO CRÍTICO

A redação intitulada “Autonomia para as relações comunicacionais” defende a tese de que não se deve exercer nenhuma forma de controle forçoso da Internet, pois o “internauta deve ter a capacidade de reflexão sobre aquilo que vê, sabendo selecionar e divergir mesmo das opiniões oriundas do próprio Estado”. Discute sobre os problemas causados pelos conteúdos indesejáveis, embora aponte as vantagens trazidas à sociedade pela rede.

No segundo parágrafo, menciona o conhecido criador da expressão “aldeia global”, Marshall McLuhan, que previu que a rede de computadores dominaria o mundo tornando acessíveis muitas informações a muitas pessoas ao mesmo tempo. O argumento de autoridade trazido ao texto corrobora a defesa da utilidade da Internet.

O parágrafo seguinte traz grande contribuição pessoal e demonstra boa informatividade sobre o tema tratado. Mostra que a Internet substituiu o *Broadcasting*, uma forma de transmissão de dados em que todos os receptores recebem a mesma informação de forma simultânea, como na TV e no rádio. Ao falar da importância da *web*, aponta o exemplo da China, país ditatorial, que adota a censura à rede como forma de preservar o regime. Também cita o Pravda (no eĩ õááãã, Verdade), que foi o principal órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, entre 1918 e 1991. O jornal ficou mais conhecido nos países ocidentais por seus pronunciamentos durante o período da Guerra Fria, o que parece ser contrastante com sua proposta de dizer a “verdade”.

Em contraposição à defesa do não controle da Internet, o texto comenta o monopólio exercido no capitalismo contemporâneo pelas grandes corporações, em lugar de monopólio estatal. Demonstra, assim, senso crítico em relação aos prós e contras da Internet, mas não abre mão da posição anticensura, sugerindo como possibilidade de solução o sistema educacional, que ensinaria o sujeito a refletir sobre o que vê ou lê.

O texto revela maturidade do autor e boa informatividade, pois buscou diversidade de argumentos, que demonstram conhecimento de mundo. A linguagem é clara, os aspectos coesivos foram respeitados e há coerência argumentativa.

REDAÇÃO 7

Nosso mundo virtual

Carolina Viscovini de Carvalho Sallas

O homem pós-moderno é muito dependente da Internet, já que, através dela, tem a possibilidade de acessar uma infinidade de conteúdos. Esse mundo virtual permitiu ao homem uma magnífica redução das barreiras do conhecimento, uma vez que o acesso à Internet é cada vez mais democrático ao redor do mundo. A facilidade de acesso aliada à plena liberdade de expressão fizeram da Internet um espaço no qual se pode publicar de tudo, desde trabalhos científicos até pornografia infantil.

A dicotômica utilização da Internet tem provocado discussões no mundo todo sobre o direito de se exercer algum controle sobre o que é publicado na *web*. Alguns países, como a China, adotam essa medida cerceadora. Já, em nome da manutenção de uma duvidosa ordem, o Estado controla, com mãos de ferro, o que pode ou não ser postado. O efeito dessa regulamentação excessiva é a constante nebulosidade que paira sob as reais condições políticas, sociais e econômicas da China. Sabemos, através das poucas informações que caem na Internet, que há repressão política e *dumping* social, mas a verdade sobre as mazelas chinesas são sempre escondidas pelo excesso de controle.

Outra situação que provoca debates sobre a regulamentação do conteúdo virtual é a pornografia infantil. A quantidade de casos de pedofilia através da Internet vem aumentando nos últimos anos; mas isso, contrariamente ao que muitos pensam, não se deve à presença da Internet na vida das crianças e, sim, ao uso dela sem a supervisão de um adulto. É essencial que uma criança que não possui capacidade de discernir entre o certo e o errado seja supervisionada pelos pais enquanto usa a Internet.

Apesar do mau uso que alguns cidadãos fazem da *web*, esse meio de comunicação não deve ser controlado. A pedofilia, as notícias maliciosas e as meias verdades não deixarão de existir se não puderem ser publicadas na Internet; elas encontrarão outros meios de se espalhar. O que deve haver é o

autopoliciamento ancorado em princípios morais e éticos. Além disso, cabe a cada um de nós o direito e o dever de denunciar os maus usuários, que atrapalham o funcionamento da Internet.

O mundo virtual é um bem público pertencendo, portanto, a qualquer um que deseje utilizá-lo. Assim, em nome da democracia, da liberdade de expressão e do direito universal à informação, a Internet não deve ser regulamentada por qualquer órgão público ou privado.

REDAÇÃO 7 – ESTUDO CRÍTICO

O texto dissertativo “Nosso mundo virtual” discute o tema da dicotômica utilização da Internet, que “tem provocado discussões no mundo todo sobre o direito de se exercer algum controle sobre o que é publicado na *web*”. Inicia-se mostrando a dependência do homem pós-moderno em relação à Internet e expõe suas vantagens, como a redução das barreiras do conhecimento e a questão do espaço democrático.

O segundo parágrafo discute o direito de se exercer algum controle sobre o que é publicado na *web*, daí a citação do exemplo da China, país socialista que adota o controle das matérias postadas na Internet. O texto critica a repressão política chinesa e o *dumping* social. Sabe-se que se trata de uma prática comercial que consiste em uma ou mais empresas de um país venderem seus produtos, mercadorias ou serviços por preços extraordinariamente abaixo de seu valor justo para outro país (preço que geralmente se considera menor do que se cobra pelo produto dentro do país exportador), por um tempo, visando prejudicar e eliminar os fabricantes de produtos similares concorrentes no local, passando, então, a dominar o mercado e impondo preços altos. É um termo usado em comércio internacional e é reprimido pelos governos nacionais, quando comprovado. Essa técnica é utilizada como forma de ganhar quotas de mercado.

No terceiro parágrafo, há menção ao problema da pornografia infantil, que usa a Internet como meio de proliferação. De modo bastante consciente, o argumento, que seria favorável ao controle da Internet, torna-se mais um em favor da liberdade de expressão, pois mostra que a pedofilia e outros casos de pornografia infantil não necessitam da *web* para se espalharem. Encontrariam outras formas de proliferação.

Interessante observar que o candidato dá especial atenção à pergunta inicial da proposta (“De quem é, afinal, a internet?”) e responde a ela na conclusão do texto. De raciocínio indutivo, reserva o parágrafo final para a tese de que “o mundo virtual é um bem público pertencendo, portanto, a qualquer um que deseje utilizá-lo. Assim, em nome da democracia, da liberdade de expressão e do direito universal à informação, a Internet não deve ser regulamentada por qualquer órgão público ou privado”.

REDAÇÃO 8

Big Brother virtual

Lucas Henrique Caramori Inácio Silva

Orkut, Facebook, Myspace, Twitter e MSN. Esses são alguns poucos exemplos de sites de relacionamento e meios de comunicação presentes na Internet. Essa variedade de sites tem provocado o desaparecimento dos limites entre o público e o privado. Em breve, talvez, esses limites sumirão completamente, tornando a rede mundial de computadores uma espécie de "Big Brother" virtual.

Limites respeitados ou não, fato é que a Internet representa, hoje, uma faca de dois gumes, podendo ser usada tanto para o bem como para o mal. Vivemos, nas décadas passadas, árduos tempos de censura à liberdade de expressão e de pensamento. Por isso, grande parte das pessoas defende a liberação absoluta de todos espaços navegáveis da Internet, mostrando o seu lado benéfico. Prova disso, são os movimentos contestadores e pacíficos realizados na chamada "Primavera Árabe", no começo deste ano.

Noutra vertente, estão aqueles que pregam o controle rígido das informações na Internet, mostrando seus inúmeros malefícios. Golpes virtuais envolvendo dinheiro e agendamento de brigas entre torcidas uniformizadas tornaram-se constantes e cada vez mais presentes no dia a dia. Além disso, deve-se relatar, também, o hackeamento de fotos de uma famosa atriz americana nua. Tudo isso mediante uma falsa sensação de liberdade e a absoluta certeza de impunidade.

A previsão de George Orwell, no livro "1984", se concretizou. Um mundo repleto de câmeras vigiando tudo e todos, seus passos e seus respectivos pensamentos. No entanto, diferentemente do livro, essas câmeras estão remodeladas, quase imperceptíveis. O que ocorre, na verdade, é a vigilância mútua entre os navegantes da rede, enfatizando a ideia do "Big Brother Virtual". Em outras palavras, significa que um indivíduo, sem nunca ter visto determinada pessoa, poderá ter acesso ao seu nome, idade, profissão e até mesmo o endereço. Basta apenas uma rápida pesquisa.

Assim sendo, a questão não é simplesmente a invasão da privacidade individual ou coletiva, vai muito além disso. Afinal, o Estado não tem como fiscalizar todo o conteúdo veiculado na rede e controlar a invasão. Mesmo que tivesse, alguns iriam contestar o não cumprimento dos direitos humanos. Então, cabe ao Estado zelar por esses direitos e, conforme forem infringidos, punir exemplarmente os infratores. Cabe, também, a cada navegante, o uso moderado e necessário da Internet, filtrando aquilo que lhe for conveniente. Quem sabe assim voltemos a ter uma navegação mais segura e eficiente.

REDAÇÃO 8 – ESTUDO CRÍTICO

A redação “Big Brother virtual”, dissertativa, utiliza uma grande metáfora, a do *Big Brother* (Grande Irmão), personagem do romance “1984”, de George Orwell. Na sociedade descrita por Orwell, as pessoas estão sob constante vigilância das autoridades, principalmente por teletelas (*telescreen*). Assim, a rede mundial de computadores tornou-se uma espécie de *Big Brother* virtual, pois faz parte da vida da sociedade, atualmente, e vigia todos, em todos lugares. Dessa forma, perdem-se os limites entre o público e o privado.

A falta de privacidade é o principal aspecto tratado nesse texto, que, no segundo parágrafo, cita a Primavera Árabe – protestos no mundo árabe, uma onda revolucionária de manifestações que vêm ocorrendo no Oriente Médio e no Norte da África, desde 18 de dezembro de 2010. Sabe-se que tais protestos têm compartilhado técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional, em face de tentativas de repressão e censura na Internet por parte dos estados. A argumentação em favor da liberdade de expressão ganha força, nesse momento.

O argumento contrário, favorável a um certo controle da Internet, menciona os casos de hackeamento, exposição não autorizada de fotos e outras imagens, apontando para a falta de censura e de impunidade.

O quarto parágrafo traz, como contribuição pessoal, um conhecimento de mundo que tem afligido os menos incautos. Diferentemente da previsão de Orwell (Estado x homens) – ou além dela – o que ocorre, hoje, na verdade, é a “vigilância mútua entre os navegantes da rede”, mesmo desconhecidos (homens x homens).

Como solução para a invasão de privacidade, o texto defende que o melhor seria que o Estado zelasse pelos direitos dos cidadãos, por meio da punição dos chamados infratores, embora não consiga exercer a fiscalização de todo o conteúdo veiculado na Internet. A conclusão, então, coloca nas mãos dos próprios usuários a responsabilidade do uso da *web*, mostrando que cabe, “a cada navegante, o uso moderado e necessário da Internet, filtrando aquilo que lhe for conveniente. Quem sabe assim voltemos a ter uma navegação mais segura e eficiente”.

REDAÇÃO 9

Políticas para o bom uso da internet

Felipe Mello Bueno Bishop da Silveira

Indubitavelmente, a popularização da Internet é um fenômeno importante para a contemporaneidade e, acerca disso, é possível realizar a seguinte pergunta: a quem pertence a Internet? A rede que cresce, exponencialmente, a cada dia, abriga conteúdos que agradam a uns e desagradam a outros, portanto, a existência de divergências sobre o uso correto da grande teia de informações é inevitável.

Interpretando a Internet de uma maneira geral, podemos entendê-la como um espaço público. É evidente que, como tudo é interconectado na rede, todos os tipos de informações, confiáveis ou maliciosas, estão ao alcance de todo tipo de usuário. Devido a essa grande interconectividade, podem haver debates no âmbito da Internet e fora dele sobre o que é correto no mundo "on-line". Mas, mesmo havendo esse tipo de debate, várias questões ainda pairam no ar. Seria necessária a implantação de uma política de controle para o material divulgado na internet? E, se for necessária, como criar um sistema abrangente e eficiente? As respostas para essas perguntas ainda não foram alcançadas e, até lá, qualquer usuário da rede poderá se manifestar com liberdade total, mas, às vezes, poderá confrontar-se com ideais diferentes dos seus próprios.

A Internet é um espaço público e é perfeitamente possível que haja a criação de políticas de uso para ela. As medidas cabíveis para a manutenção do bem-estar social, informacional e ideológico na rede seriam de responsabilidade do governo de cada país, sendo necessária a elaboração de uma cartilha de legislação para cada nação, sendo também necessária a criação e a implantação de políticas internacionais para o bom uso da rede. As medidas, por exemplo, poderiam ser de caráter preventivo e, também, punitivo, nos casos em que os direitos humanos são diretamente violados. Poderia haver um sistema de denúncia para os casos de violação de direitos e, como medida preventiva, poderia, por exemplo, haver a elaboração de manuais de regras para o uso da Internet, que

seriam distribuídos para toda a população. Muitas outras medidas podem ser tomadas em nome do bem-estar, da integridade e dos direitos humanos, não ferindo a liberdade de expressão, mas fazendo desta uma maneira de colaborar com o desenvolvimento humano.

Mas, acima de tudo, o mecanismo que precisamos desenvolver é o do bom-senso, que possibilita uma boa interação entre pessoas, usuários de Internet e nações inteiras, e deixar que o resto seja resolvido por práticas regulamentadas por lei, pois, como já foi dito, a Internet é um espaço público que deve ser respeitado.

REDAÇÃO 9 – ESTUDO CRÍTICO

A redação “Políticas para o bom uso da internet”, da Proposta II, trata de políticas para o uso positivo da Internet, como aponta o título, visto que há problemas com sua utilização, bem como divergência nas propostas de solução, tornando o assunto bastante polêmico.

A ideia fundamental desse texto é a de que a Internet é um espaço público e, como tal, deve ser respeitado. Dessa forma, em momento algum os argumentos demonstram a possibilidade de haver qualquer tipo de controle que possa cercear a liberdade de expressão do usuário.

O texto coloca perguntas como as sugeridas na proposta de redação: a quem pertence a Internet? “Seria necessária a implantação de uma política de controle para o material divulgado na internet? E, se for necessária, como criar um sistema abrangente e eficiente?” As respostas são trabalhadas no decorrer dos parágrafos: a Internet é pública; deve, sim, haver políticas de bom uso da *web*; há como criar sistemas de regras para o bom uso da Internet.

No terceiro parágrafo, há sugestões de leis educativas, como a criação de políticas para o uso da *web*, que “poderiam ser de caráter preventivo e, também, punitivo, nos casos em que os direitos humanos são diretamente violados”. O texto defende, ainda, a criação de “um sistema de denúncia para os casos de violação de direitos e, como medida preventiva, poderia, por exemplo, haver a elaboração de manuais de regras para o uso da Internet, que seriam distribuídos para toda a população”. As sugestões mantêm a preocupação em não se ferir a liberdade de expressão, mas avançar na maneira de utilizar a Internet.

A conclusão reforça a tese de que a Internet é um espaço público que deve ser respeitado e, também, afirma que é preciso haver bom-senso das pessoas que a utilizam, mais do que as possíveis medidas práticas de regulamentação.

REDAÇÃO 10

Viver em tempo real

Nadielle Dão Leite

Vivemos, inegavelmente, a era de janelas do Windows e maçãs mordidas da Apple: a era da Internet, que, imponente e irrevogável, vem, pouco a pouco, deixando sua marca num mundo altamente globalizado e totalmente tomado pela informatização. E se Taine já sabia que o homem é produto do meio, da raça e do momento, sabemos, agora, que o momento é de análise do meio para sabermos o que anda acontecendo com a raça. Afinal, criamos e controlamos a Internet ou vice-versa?

De fato, bastam alguns cliques para que um bombardeio de informações "indispensáveis" nos atinja a qualquer hora e em qualquer lugar; e o que era para ser solução acabou se mostrando um problema: num mundo em que a democracia exala pelos poros, censurar o que é disponibilizado em rede é quase um crime e nenhum meio, seja ele governamental ou não, seria capaz de transformar tal atrocidade em algo aceitável: a Internet não tem dono – tem donos espalhados por todas as ruas, em todos os países. No entanto, a disponibilidade e a variedade de informação é tanta que, embora tenhamos criado esse advento, hoje é ele que nos cria: indivíduos apáticos, crédulos em que enviar um "link" para alguns amigos virtuais é o máximo que se pode fazer para apoiar uma causa; ingênuos, que acreditam em tudo o que leem, sem mesmo saber se aquilo tem algum fundamento. Somos, por fim, vítimas de nós mesmos.

A solução? Parte de nós: reflexão, auto-policimento, senso crítico e ponderação ao utilizar essa tecnologia são importantes para que o cerceamento de informação não tenha que ser cogitado. A Internet oferece, sim, risco de fazer com que algumas matérias sejam mal interpretadas, visto o número e, conseqüentemente, a diversidade de pessoas que atinge, mas censurar a informação que ela disponibiliza oferece um risco muito maior: o de tornar cidadãos reféns da ignorância.

REDAÇÃO 10 – ESTUDO CRÍTICO

A dissertação “Viver em tempo real” inicia-se comentando a época atual, da globalização, repleta de computadores (janelas do Windows) e de sistemas revolucionários, como a norte-americana Apple, cujo símbolo é uma maçã mordida. Cita Hippolyte Adolphe Taine, crítico e historiador francês, cujo método consistia em fazer história e compreender o homem à luz de três fatores determinantes: meio ambiente, raça e momento histórico. Questiona, no final do parágrafo introdutório, o que está ocorrendo com a raça humana: “Afinal, criamos e controlamos a Internet ou vice-versa?” Ao citar Taine, seu pensamento poderia ter sido mais bem explorado, inclusive pela questão do momento histórico, fundamental na argumentação que se propõe.

O texto, simples e curto, faz um painel da atualidade com relação aos problemas trazidos pela Internet, mas é completamente contrário à censura da *web*, visto que vivemos em uma democracia. Além de dizer que “a Internet não tem dono”, ou seja, é pública, demonstra que a sua força torna seus usuários dependentes dela e, praticamente, sem ação diante desse advento.

Decorência dessa situação é que os homens tornaram-se vítimas de sua própria criação: “embora tenhamos criado esse advento, hoje é ele que nos cria”. Há menção ao leitor ingênuo, que acredita em tudo o que lê e confia demais no material veiculado na *web*. A Internet adquiriu importância extrema e não há como evitá-la.

O parágrafo conclusivo propõe uma solução que parte dos usuários: “reflexão, auto-policiamento, senso crítico e ponderação ao utilizar essa tecnologia são importantes para que o cerceamento de informação não tenha que ser cogitado”. A tese defende que, apesar dos riscos da Internet, censurá-la significaria “um risco muito maior: o de tornar cidadãos reféns da ignorância”.

PROPOSTA III

NARRAÇÃO

PROPOSTA III - NARRAÇÃO

Atente para a seguinte situação:

Um menino de dez ou onze anos, quase maltrapilho, atravessa uma movimentada praça da cidade carregando nos ombros uma grande caixa de isopor, cheia de picolés. Tropeça, cai e todos os picolés se espalham pelo chão. O garoto não sabe o que fazer: outros meninos chegam correndo para se apossar dos sorvetes, mas um policial, um padre e um motoboy que iam passando intervêm.

Escreva uma redação na qual você desenvolverá a cena em que ocorre a intervenção. Ao narrar, mostre como agem e o que dizem as várias personagens envolvidas, bem como o que acaba resultando dessa intervenção.

COMENTÁRIO DA PROPOSTA III

O que se observa a partir do enunciado da proposta é que o foco de interesse maior está na peripécia, isto é, numa ocorrência casual, a queda dos picolés, envolvendo diferentes participantes numa situação de conflito superficial: salvar os sorvetes do pequeno vendedor do ataque de outras crianças que pretendem se apoderar da guloseima. Solicita-se que o candidato desenvolva essa situação para solucionar o conflito entre as crianças a partir da intervenção de três adultos de diferentes posições sociais.

O personagem que se destaca é o menino vendedor. Sua condição social é indiciada pela pobreza e pelo trabalho infantil, aspectos esses que, provavelmente, servirão de balizas norteadoras do desenvolvimento narrativo.

Os adultos interventores, por sua vez, são figuras enclausuradas em posições sociais definidas, das quais se esperam, portanto, atitudes com elas condizentes.

Salvo raras exceções, a tendência é que se produzam narrativas superficiais, calcadas no acontecimento e na sua evolução quase a modo de um relato, e previsíveis quanto às possíveis soluções.

A possibilidade de o candidato escapar da limitação da proposta e desenvolver um tema para o qual a peripécia seja apenas suporte dependerá mais de sua aptidão do que do encaminhamento da proposta.

Na análise das redações da Proposta III, é necessário considerar não apenas o caráter ficcional dessa produção, ou seja, a invenção de uma situação, cujos acontecimentos, envolvendo personagens, caminham para um determinado fim, mas, sobretudo, a relação destinador/destinatário, dada a importância dessa função em textos dessa natureza. Considerando-se, portanto, o texto como um objeto de significação e de comunicação, as análises literárias devem levar em conta essa relação quando da tentativa de atribuição de sentido e, consequentemente, de valor a produções dessa natureza.

REDAÇÃO 11

Cidade maravilhosa

Luiz Lemos Moras

As alpercatas quase não lhe serviam nos pés ossudos, ligeiramente encardidos por uma sujeira incrustada havia alguns anos. Da mesma forma, seu isopor, surrado pelo constante movimento, ora nos ombros, ora no asfalto poluído, no centro do Rio de Janeiro. Menosprezado pela cidade maravilhosa, quem reconheceria Alberto em meio a tantos outros vendedores de picolé? Atendia pelo nome de "Zé Picolé", pela profissão, "Zé Pequeno", devido ao porte esquelético apelido pelo qual despertava mais interesse em virtude da fantasia de personagem de Paulo Lins, adaptado às telas no filme "Cidade de Deus". Oh! Almejava crescer e tornar-se o comandante do tráfico, sair do anonimato e ser visto com pompas de governo. O devaneio o distraiu e os chinelos arrebitados renderam-lhe a face no chão, junto aos picolés e ao sonho interrompido.

Não tão distante dali, estavam outras tantas crianças da mesma idade de Zé Pequeno, entre dez e onze anos, de mesma fisionomia cadavérica e olhos desesperançados. Minto, havia esperança naquelas bolas de gude brilhantes por um picolé para matar-lhes a fome de dias. Seria possível considerar esperança algo tão instantâneo e momentâneo? Para aqueles que compartilham um lar e condições avantajadas no mundo capitalista, não, porém para aqueles garotos era muito mais que um prazer. No coração do leitor há piedade? Pois havia muito mais no coração do padre Bonifácio, ao ver o acontecimento sentado no banco da praça. Permitiu ao grupo roubar um ou dois picolés, mas teve pena do Zé Pequeno e, logo, foi ajudá-lo a espantar os outros garotos.

– Por Deus! Saiam, saiam! – e abanava as mãos numa tentativa inútil de espantar o grupo – Calma, menino! Havemos de encontrar ajuda!

Se Deus ouviu o padre, não se sabe, mas, logo, apareceu um policial uniformizado. Retire da imaginação um homem rechonchudo, comendo rosquinhas ou outras guloseimas americanas, afinal, aqui no Rio, nem os policiais recebem

um salário tão gordo. Magro, com um bigode atravessado sob o nariz, Constâncio correu a auxiliar Zé Pequeno e o padre.

– Aqui é a lei falando! – disse o policial – Afastem-se dos sorvetes!

Nenhum movimento ocorreu. Os garotos continuavam a atacar os sorvetes, enquanto Zé Pequeno apenas olhava triste o prejuízo e pensava na surra que iria levar, à noite, de seus pais. Tentava grunhir algum som, mas era inútil, pouco sabia falar. Sua atividade cotidiana permitira-lhe apenas aprender um curto repertório, como “picolé”, “troco”... O padre pegou seu crucifixo e começou a rezar. Bem que gostaria que fosse para alterar a atual organização capitalista voraz, mas era apenas para acabar com o tumulto. Ao longe, o escapamento de uma moto estourou e o motoqueiro desceu de seu veículo para ver o que ocorria.

Dirigia sem capacete e com roupas tão simples como a dos garotos. Talvez nem fosse um adulto ainda, apenas uma criança crescida.

– Oia! O que tá acontecendo? Vô chamá o Pistola pra castigá ocoéis!

O tumulto parou imediatamente e olhos brilhantes voltaram-se para o motoqueiro, desta vez assolados pelo medo. Os poucos picolés fechados ficaram intactos e os abertos foram caindo das mãos encardidas. Os pequenos fugiram rapidamente. O policial estava prestes a chamar suporte, em seu rádio, mas foi barrado pelo padre, que disse que eram, apenas, crianças. O erro daquele grupo podia ser perdoado pelas suas condições de vida tão degradantes. Quisera eu que assim continuasse, mas sabemos que o roubo será a única oportunidade daquelas crianças no futuro, ou, então, uma vida honesta e menosprezada, como a de Zé Pequeno.

Os quatro juntaram os picolés, e o policial ofereceu uma ajuda financeira ao menino. Em verdade, eram apenas alguns trocados, pois sua remuneração não lhe permitia gastos adicionais. O padre disse que rezaria pela sua alma e poderia oferecer à família apoio alimentar, com cesta básica. Zé Pequeno não respondeu. Assustou-se ainda mais e, com o isopor no ombro, correu como nunca. Não sei se foi o medo de Pistola, o comandante do tráfico e “dono” da favela, ou se foi o distintivo do policial. Apenas fugiu para se proteger na favela do Rio de Janeiro.

Nesta cidade, porém, não há Deus que possa ajudar ou lei que possa ser cumprida. Há, apenas um destino entre assaltantes e trabalhadores pobres, ligado por uma linha tênue e pouco esperançosa. A Cidade Maravilhosa está muito longe da ordem almejada pelo Governo, tão ausente como Deus e a Lei.

Se havia piedade por Zé Pequeno? Sim, ainda há, só não tenho esperança.

REDAÇÃO 11 – ESTUDO CRÍTICO

Partindo do título, o epíteto “cidade maravilhosa”, poderíamos abrir várias possibilidades de sentido, entretanto uma delas se destaca por ser nacionalmente reconhecido como a cidade o Rio de Janeiro, cantada em prosa e verso como pode comprovar a intertextualidade com a letra de uma música popular já antiga – *cidade maravilhosa cheia de encantos mil, cidade maravilhosa coração do meu Brasil*.

Entretanto a descrição, logo nas duas primeiras linhas do texto, das alpercatas sujas e pequenas para os pés crescidos, ainda que magros, e da caixa de isopor pesada e encardida que o pequeno vendedor carrega sobre os ombros, contrasta com a imagem título, empurrando bruscamente o leitor para uma realidade dura e miserável, povoada de meninos famélicos, cadavéricos e sem identidade social, conhecidos apenas por apelidos, como Zé Picolé, e que avançam desesperados sobre sorvetes que caem no chão.

Carregando ainda no jogo intertextual, a referência ao filme *Cidade de Deus* propõe-se como antítese à Cidade Maravilhosa e alimenta a controversa esperança e o sonho de realização de crianças desesperançadas como o pequeno sorveteiro. No contexto da miséria, o crime se delinea como solução: “Ah! Almejava crescer e tornar-se comandante do tráfico; sair do anonimato e ser visto com pompas de governo.”

No nível dos acontecimentos que determinam as ações, o acaso da queda dos sorvetes propicia o envolvimento de outros sujeitos sociais na tentativa de solucionar o pseudo conflito entre os personagens crianças, na realidade vítimas de um conflito maior e cruel entre os habitantes de uma mesma cidade, um país, um continente, um planeta. Numa guerra em que, objetivamente, todos têm razão, as soluções pontuais são sempre precárias. Daí que, ao menino coube a inércia ditada pela impotência física e cultural (*pouco sabia falar*); ao padre, a piedade do ponto de vista humanístico, permitindo ao bando de famintos usufruir de alguns sorvetes, oferecendo ajuda alimentar e orando em apelo à justiça divina; ao policial, a imposição da lei, que, na verdade, os meninos desconheceram. Apenas a figura contraditória do motoqueiro, projeção de Cidade de Deus na periferia favelada da Cidade Maravilhosa, consegue por fim ao ataque aos sorvetes, intimidando a todos, inclusive Zé Picolé, pela simples referência a Pistola, “comandante do tráfico e dono da favela.” A intimidação e a reação dos garotos

justifica a concepção de uma figura poderosa e temida que, à semelhança de um deus terrível, impõe-se sobre tudo e todos os habitantes da(s) favela(s) (assaltantes e trabalhadores pobres), vítimas de um mesmo medo, de um mesmo destino.

No nível do discurso, o enunciador discorre sobre um episódio em que os personagens são apresentados indistintamente como vítimas de uma sociedade em que crianças são usurpadas da própria infância pela miséria em qualquer de seus aspectos, seja pelo trabalho precoce, pela fome, pelo abandono cultural, presas indistintas do crime que as arregimenta (como comprova a figura do motoqueiro quase criança investido de um poder maior que o do padre e do policial e que o estouro do motor ao longe prenuncia) e que se organiza na tentativa de superar essas mesmas condições. Nesse sentido, destrói-se o conceito de maravilha enquanto atributo de uma das cidades de beleza natural incontestável, beleza que não encobre, porém, a miséria maior da desesperança.

“Se havia piedade por Zé Pequeno? Sim, ainda há, só não tenho esperança.”

REDAÇÃO 12

Notado

Caio Augusto Coletti

Àquela hora da tarde a praça era quase um engarrafamento de pedestres. Empurrando-se apressados, os *dinamos urbanos* de testa franzida só não pisavam nos cachorros de rua pelo mesmo milagre que os fazia contornar o menino agachado, recolhendo do chão os picolés que deixara cair depois que um daqueles homens de terno, que sempre andavam com o celular ligado, ter esbarrado na figura diminuta de isopor nos ombros e a derrubado. O homem lançara um olhar de lado e saíra andando ainda mais apressado que antes.

As crianças que brincavam no parquinho ao lado não demoraram para notar a queda e, especialmene, os sorvetes espalhados no calçamento. Uma ou duas mães impediram seu filhos de avançarem sobre os mesmos enquanto outras mexiam em seus telefones ou conversavam entre si, entretidas.

O garoto mirrado e machucado pela queda tentou se mover rapidamente, mas seus braços doíam e a competição com as crianças coradas do parque era desleal.

– Hei, hei, podem parar com isso! – o garoto levantou a cabeça e viu um policial balançando seu cassetete. As crianças debandaram.

– Pegue logo do chão esses picolés, garoto. Se continuar fazendo corpo mole, é claro que vão te roubar.

Ele obedeceu o mais rápido que pôde e levantou-se, constatando que não havia machucado apenas os braços: em um dos joelhos um corte sangrava, mas, quando ergueu a cabeça, o policial já havia lhe dado as costas.

Os pedestres começaram a olhar contrariados para o garoto ali parado, no meio do caminho. Então ele foi até o banco mais próximo e se sentou, esperando algum alívio da dor. Os machucados, no entanto, só começaram a latejar ainda mais.

– Meu filho, você está bem? – a brecha branca na gola da camisa preta que o homem que se aproximou usava deixava-lhe clara a vocação. O menino não respondeu logo. Não ia à igreja, porque atraía muitos olhares. Olhares de pena. Virou o rosto.

– Estou.

– Mas esses machucados... – o padre insistiu.

– Não preciso de sua ajuda. – silêncio.

– O que houve com ele? O segundo homem que se aproximou carregava um capacete.

– Não sei – respondeu o padre – mas esses machucados necessitam de tratamento.

– Tem razão. Hei garoto, eu te levo ao hospital. Acabei de sair do meu turno.

O garoto encarou os dois com olhar confuso.

– Traz o isopor. Não precisa perder a mercadoria. Vamos.

Hesitante ele se levantou com o isopor. Pensaria, depois da viagem dolorida e do dia no hospital, no motivo de ter relutado tanto. Talvez fosse só porque não estava acostumado a ser notado.

REDAÇÃO 12 – ESTUDO CRÍTICO

Numa praça de uma cidade grande qualquer, um pequeno vendedor de sorvetes é derrubado inadvertidamente por um transeunte que, após o fato, segue seu caminho sem socorrer o menino que se ferira na queda. Tampouco as pessoas que estavam no parquinho ao lado acompanhando crianças se aproximaram para socorrê-lo e as próprias crianças, indiferentes, avançaram sobre os sorvetes espalhados pelo chão. A presença de um policial, contudo, impediu que o ataque se consumasse. Advertindo-o para que apanhasse imediatamente os sorvetes para não ser roubado, o policial se afasta deixando o garoto ferido abandonado à sua própria sorte. Apenas um padre e um motoqueiro se apiedam do sofrimento do menino e se aproximam no intuito de ajudá-lo. Após relutar em aceitar ajuda, o garoto é levado a um hospital pelo motoqueiro.

Num primeiro nível narrativo, podemos definir uma estrutura mínima, básica materializada na ocorrência de um pequeno acidente envolvendo um garoto vendedor de sorvetes, seguido da recusa e, finalmente, da aceitação de ajuda por parte do menino sorveteiro. Entretanto o que se destaca no texto é algo muito mais sério envolvendo a indiferença e a impiedade em relação aos mais pobres de toda uma sociedade, desde os adultos até as crianças, num mundo onde o tempo é dinheiro.

Assim, na praça cheia de gente, as pessoas como máquinas, “dínamos humanos de testa franzida”, “homens de terno... com o celular colado no rosto”, são indiferentes à dor do garoto pobre que vê seu ganhapão espalhado pelo chão – “o homem lançara um olhar de lado e saíra andando ainda mais apressado do que antes”. As mulheres e até as crianças são indiferentes à dor do garoto. Da mesma forma, o policial que impede o avanço das crianças sobre os sorvetes não oferece ajuda ao garoto.

O que o texto elabora é, portanto, a relação de indiferença e abandono dos mais pobres à sua própria sorte, na melhor das hipóteses. Os desfavorecidos, por sua vez, acabam por se reconhecer imerecedores de qualquer atenção, mesmo porque, quando a despertam, não é para ajudá-los, mas para envergonhá-los com “olhares de pena”. Nesse contexto, explica-se a recusa, num primeiro momento, e a hesitação do garoto em ser auxiliado e socorrido: “talvez fosse só porque não estava acostumado afinal a ser notado”.

REDAÇÃO 13

A entidade urbana

Mariel Varjão Azoubel

Pedro sentiu a aspereza do chão da Sé penetrando-lhe os joelhos – duas bolas ossudas e sujas coroando as perninhas arqueadas que prenunciavam as coxas descarnadas. O ardor pungente era sentido também nas mãozinhas raladas com as quais tentara aparar a queda abrupta. E tudo aquilo era culpa de um chinelo maltrapilho que, não se dera conta o menino, era o causador de toda aquela lambança. E que lambança!

Voltando ao mundo, Pedro recobrou-se da dolorida introspecção para dar de cara com o meio-dia da grande São Paulo: um turbilhão colorido de transeuntes se destruindo e se renovando a cada segundo, feito o conteúdo de um gigante estômago – o estômago da metrópole digerindo bocados de humanidade.

A imagem se consolidou com um baque surdo e Pedro foi atingido pelos sons do centro: vozes, carros de som, vendedores ambulantes, buzinas, roncões de moto... Roncões de moto? Buzinas?

– Ô! Olha a frente aí! Está querendo morrer, moleque? – vociferou um sotaque baiano.

Assustado, o menino rolou para o lado, caindo sobre uma porção de pacotes melados de picolés meio derretidos espalhados pelo chão da praça. Seu coraçãozinho dava saltos e piruetas dentro da caixa torácica modesta e Pedro tentou novamente afinar com o mundo. Tudo o que via, entretanto, era a contínua muvuca daquele quadro mutante: vultos de pernas e de pés se desdobrando em todas as direções; mãos vorazes recaindo sedentas sobre as embalagens disformes de seus picolés.

Esperel Mãos? Pés?

O menino ergueu o rosto buscando sentido naqueles pares cruéis, manuseando sua mercadoria em uma espécie de frenesi obscuro, desesperado.

O rastro daquelas mãos seguia de encontro a três carinhas redondas e remelentas possuídas por olhos arregalados, gulosos, famintos.

– Parem! Parem! O que estão fazendo? Isso aí é meu! Parem com isso! – Protestou Pedro embasbacado. Tão embasbacado, de fato, que não pôde nem notar ao fundo um certo ronco que voltava em sua direção, subsequente a uma buzina:

– Saiam já daí, seus trombadinhas! Vai, vai! Xô! – vociferou o sotaque baiano, espantando para longe de Pedro os diabretes que profanavam seu sorvete.

De suas costas, porém, o menino sentiu outro som tocando-lhe a nuca. Era uma voz... algo macia e credenciada:

– Você está bem, meu filho?

E então mais outro, grande, autoritário, mas inconfundivelmente feminino.

– O que está se passando aqui, cidadão?

Ainda de joelhos, Pedro esticou o pescoço. O sol quente castigava-lhe a pele descoberta, seu brilho, ofuscando-lhe a visão, permitindo-lhe apenas um lampejo daquelas realidades estáveis: as vozes, entidades do caos urbano, pertenciam a corpos físicos e delimitados. Não eram mais borrões transitando pela tela do quadro vivo.

O vociferar baiano encimava uma moto roncante, era forte, atacarrado.

O dizer macio e cadenciado pertencia a uma batina preta, longa e ininterrupta.

Já a indignação autoritária saía de uma mulher fardada, troncuda e larga feito uma mureta.

As três entidades se mediram com o olhar e, alienando Pedro da conversa, trocaram algumas palavras. Os tons, entrecortados pela cacofonia de fundo, balbuciavam “confusão”, bagunça, “coitado” “moleque”, “cuidado”, “dispersando”.

Pedro sentiu a batina agarrar-lhe o braço com uma mão gorda e úmida. Sentiu a calidez da mão raspando seus joelhos machucados (para tirar as pedrinhas, falou) e a caixa de picolés sendo colocada em seus braços. Então, tão inexplicavelmente como surgiram, se foram e o menino ficou. Ficou parado, bem quietinho, só olhando aquela explosão dos sentidos passando por ele, tresvairada, única – como se abrigasse sua própria identidade, seus próprios gostos e desgostos, paradoxal e paradigmática. Ficou parado, mas depois seguiu se juntando à massa:

– Ó o sorvete! Ó o sorvete! Quem quer sorvete?

REDAÇÃO 13 – ESTUDO CRÍTICO

Partindo do pressuposto de que o termo *entidade* significa “aquilo que constitui a existência da coisa”, conforme verbete do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa” de Caldas A, podemos dizer que a narrativa apresenta um quadro típico da vida paulistana num momento de intenso movimento na praça símbolo da cidade de São Paulo, em que as pessoas que nela circulam, no conjunto, caracterizam o ser humano que nela habita, independentemente de raça, gênero, idade e condição social.

A narrativa se inicia abruptamente com a apresentação da imagem do menino Pedro apanhada em seus traços mais marcantes, prenúncios de miséria e de abandono: os joelhos ossudos e sujos, as perninhas arqueadas e as mãozinhas machucadas, vítima de um tombo, causado por suas chinelas desgastadas, no marco zero da cidade de São Paulo. Configura-se, então, um quadro em que um pequeno vendedor de picolés, incidentalmente, é posto à margem do turbilhão humano, em meio ao bulício do meio-dia na Praça da Sé, na qual a agitação na cidade se desenha caótica, em sons estridentes de vozes, buzinas, ronco de motores; em pernas e pés que se substituem indefinidamente no vai-e-vem contínuo da multidão informe, metaforizada num estômago gigante que, indistintamente, engole a todos – pobres, ricos e miseráveis, como os ladrõezinhos remelentos, gulosos e famintos que, vorazes, tentavam se apossar dos sorvetes derrubados na queda.

Atônito, Pedro mal distingue as três “entidades” que o socorrem – um padre um motoqueiro e um policial –, por momentos diferenciadas do caos urbano como pessoas de cujas bocas saem palavras e de cujas mãos saem gestos, ainda que mal definidos estes e truncadas aquelas, mas que, assim que ele se recompõe, se vão “tão inexplicavelmente quanto surgiram”, anônimas e indiferentes quanto ao destino do pequeno vendedor.

Na pequenez de seus poucos anos, sem poder compreender o tesvário da multidão que diante dele se precipitava no absurdo de um “moto contínuo” do qual ele não alcançava a causa, mas, paradoxalmente, identificando-se com ela, Pedro, junta-se à massa e retoma sua vida de pequeno vendedor a quem a cidade, como a tantos outros, engoliria no anonimato de um futuro incerto.

Retomando o título, podemos dizer que, se entidade é aquilo que constitui uma coisa, a vida na grande cidade nos despersonaliza e nos transforma em fíteres da ação conjunta de uma multidão que, desvairada, precipita-se no caos, sem questionamentos nem explicações. Ô o sorvete...Ô o sorvete...

REDAÇÃO 14

Natal

Elaine Cristina Villalba de Moraes

Quando Giovan saiu de casa naquela manhã, véspera de Natal, estava inquieto e angustiado. Teria que vender todos aqueles picolés que sua mãe preparara com muito esforço, visto estar dando sinais de dar à luz a qualquer momento.

Sua mãe era Dona Maria, mãe solteira, que dava duro para criar Giovan e ele a ajudava vendendo sorvetes. O bebê que ia chegar não tinha enxoval. Às vezes Giovan queria perguntar alguma coisa para sua mãe sobre aquela barriga, mas algo ali, no fundo do peito doía e o impedia. Chegara a pensar: se eu não tenho pai, tudo bem. Esse que vai nascer também não terá. Eu ajudo minha mãe, ele vai ajudar também!

Naquele dia, não só a praça onde ele estava, mas em todo lugar, as pessoas se atropelavam agitadas para as compras de Natal.

O menino Giovan ia circulando pela praça ou, por vezes, parava num ponto e ia vendendo um picolé aqui e outro ali. Observando o movimento, lembrou-se que aquilo era por causa do Natal, coisa que ele não entendia muito bem, já que o Papai Noel assim como seu pai não existiam para ele. Já a imagem do presépio o encantava, embora não soubesse muito bem o seu significado. Depois voltava à realidade, que era vender picolés.

– Tem de uva? – perguntava um transeunte.

– Tem sim senhor! – e pegava logo um da caixa e fazia o troco em dinheiro certinho, pois mesmo em seus dez anos fazia conta de cabeça.

De repente, no meio da multidão, Giovan ouve os gritos aflitos de um coleguinha, vizinho de sua casa.

– Corre Giovan, corre para sua casa que sua mãe tá gritando de dor. Ela tá sozinha e fala teu nome desesperada.

O menino, com sua caixa ainda cheia de picolés, desembestou a querer passar, com seus pensamentos ainda embaralhados, por entre aquelas pessoas todas da praça.

O inevitável aconteceu: rompeu-se a alça da caixa e todos os picolés foram ao chão. O que estava agitado ficou pior. Meninos e meninas surgiram de toda parte para saquear do infortúnio de Giovan. Não adiantava ele gritar, pedir, implorar. Não conseguindo conter-se, começou a chorar como uma criança chora.

Um policial do local chegou para por ordem, mas, a princípio, queria acusar o menino e questionava o motivo de tanta pressa.

Um motoboy que ali passava veio em sua defesa e um padre conhecido pediu ao menino que falasse com calma sobre aquela confusão.

Foi o tempo de o menino explicar: saíram os três para tomar providências para atender Dona Maria.

Naquela noite Giovan viu uma estrela no céu, sua mãe com uma criança recém chegada, o policial, o motoboy e o padre à sua frente. Pensou que conhecia estranhamente aquela cena:

– Um Natal! Parece que tem um presépio em casa!

Cearam uns picolés que sobraram.

REDAÇÃO 14 – ESTUDO CRÍTICO

Inserido numa dura realidade de menino pobre, sem pai, vendedor ambulante aos dez anos, o personagem Giovan, filho único, imaturamente responsável pela mãe prestes a parir, tem como único objetivo, numa véspera de Natal, vender os picolés caseiros que ela, a custo, preparara. O chamado urgente para atender à mãe em trabalho de parto, porém, desarticula seu objetivo e instaura uma problemática, cuja solução escapa ao personagem, que sai em desabalada carreira para atendê-la mesmo sem saber como. A questão resolve-se pelo acaso, com a queda da caixa de sorvetes, o que motiva o surgimento de outros personagens capazes de solucionar o problema. Tal recurso, pouco verossímil, se levarmos em conta a realidade social em que estamos inseridos, não prejudica a coerência no nível da estruturação dos fatos, ao contrário, justifica-se em relação à proposta temática se levarmos em conta o próprio sentido do Natal na perspectiva cristã, materializada no parágrafo final.

Destaca-se, no texto, contudo, mais do que a evolução dos acontecimentos, a caracterização do personagem Giovan enquanto criança que, sob o peso de uma maturidade precocemente imposta, busca compreender a vida e nela compreender-se frente à realidade em que se insere. Sob esse aspecto podemos mencionar a angústia e a impotência frente à iminência do parto, o sentido da própria gravidez, o significado de um pai, a preocupação com o bebê que iria nascer, que não teria o que vestir e a necessidade de obter dinheiro para sobreviver. Contudo o peso desse fardo desaba quando, impotente para impedir o ataque das crianças aos picolés, Giovan, criança também, felizmente, chora.

Retirado o peso de seus ombros pelos adultos que o socorrem, o Natal se materializa nele como aquilo que deveria ser para todos: integração, respeito e confraternização.

“Naquela noite Giovan viu uma estrela no céu, sua mãe com uma criança recém-chegada, o policial, o motoboy e o padre à sua frente. Pensou que conhecia estranhamente aquela cena: – Um Natal!

Parece que tem um presépio em casa!

Cearam uns picolés que sobraram.”

REDAÇÃO 15

Quem quer sorvete?

Olivia da Silva Elias

Dênis é um pequeno morador do Morro do Alemão, que mora com sua mãe, sua avó e seus três irmãos além de seus animais: uma gata chamada Xana e um cachorro viralata chamado Totó. Dênis ama os animais e quer ser veterinário. Talvez seja um dia. Mas, até lá, venderá picolés para ajudar a mãe. Hoje ele irá para a praça onde fica a igreja mais bonita da cidade e onde o padre Elias reza suas missas. O menino admira o padre e adora conversar com ele.

Dênis chegou na praça quase na hora do almoço. Fazia um calor de 40 graus, mas ele não se queixava. O suor de seu rosto prometia um bom lucro. E a promessa foi cumprida: até as três horas, faturou o que normalmente faturaria em dois dias de trabalho. Dênis estava feliz.

– Bendito seja Deus que mandou esse sol, dizia ele.

O menino ofereceu um sorvete a uma moça que logo gritou. Ela pensou que fosse um assalto. Dênis, assustado com o grito, tropeça e cai, caindo também os picolés que comprariam o leite de seu irmão mais novo.

A moça chamou um policial que estava na praça, mas, quando se deparou com Dênis, o policial o reconheceu:

– Ele é filho de minha comadre, Dona Teresa. É um bom menino – diz o policial à moça, que saiu resmungando.

Quando Dênis percebeu, outros meninos estavam pegando seus picolés. No meio do rebuliço, chegou padre Elias que disse para o policial tomar uma atitude, mas este também estava com pena das outras crianças e não teve coragem de tirar os picolés das mãos delas. Seria pecado. Tirasse o padre, então.

– Se é padre, já tem o perdão divino, oras!

Os dois começaram uma discussão e Dênis começou a chorar.

Um motoboy, que passava pelo local, parou e se intrometeu na discussão, pegando ele próprio os picolés do chão e colocando na sacola do menino. Mesmo assim, Dênis continuou chorando, pois os picolés estavam todos derretidos e alguns haviam sido roubados. Sua avó os fizera com tanto carinho... como podia ter deixado acontecer aquilo! Como era desastrado!

O motoboy tentou acalmar o menino, mas não conseguiu. Resolveu, então, levá-lo para casa.

– Quer ir embora ou não? Suba aí na minha garupa.

Dênis subiu e explicou onde ficava sua casa.

No caminho, eles passaram em frente ao zoológico. Como gostaria de entrar lá! Mas estava feliz só em ver a porta que parecia chamá-lo. Achava uma maravilha aquele ventinho no rosto! Será que era a mesma sensação de estar num parque de diversão? Dênis nunca havia ido a um, mas sonhava em ir. E sua mãe sempre dizia que, quando a gente sonha e trabalha, a gente consegue o que quer. Ele sabia que trabalhava e sonhar era o que mais fazia. Então poderia conseguir tudo. Mas naquele dia trabalhara mal. Ficou com medo da reação de sua mãe. Será que ele iria fazê-lo parar de estudar e só trabalhar para compensar o dinheiro que dera de prejuízo? Ele só trabalhava nas férias e queria continuar estudando. Gostava da escola.

Quando chegou em casa, começou a chorar ao encontrar sua mãe na porta. Ela perguntou o que havia acontecido, mas ele não respondeu. Foi o motoboy que contou a história. Dênis, chorando, disse que não fora de propósito e que não queria sair da escola. Dona Teresa riu e beijou o filho.

– Como você é bobo! Essas coisas acontecem. E você faturou bastante hoje.

Dênis sentiu-se aliviado. Queria ser veterinário. Como conseguiria sem estudar?

Ele brincou com sua gata, tomou banho, jantou e deitou-se para dormir. Ficou pensando em seu dia. Viveu uma grande aventura: vendeu picolés, viu o zoológico e andou de moto. Contaria aos seus amigos, menos a parte em que chorou. Eles não precisariam saber de tudo, pensou. Um dia teria uma moto, sentiria o vento bater em seu rosto novamente. Depois venderia ela para comprar o zoológico. Seu avô sempre dizia:

– Se tivéssemos dinheiro, poderíamos comprar o mundo!

E nessa de sonhos e lembranças, Dênis adormeceu.

REDAÇÃO 15 – ESTUDO CRÍTICO

Organizada a partir de uma expectativa de vida em que Dênis, um pequeno vendedor de sorvetes caseiros, sonha em ser veterinário, a narrativa se desenvolve, aparentemente, sem grandes conflitos. Membro de uma família estruturada (a mãe, a avó e três irmãos mais uma gata e um cachorro), nas férias, para ajudar sua mãe, vendia picolés feitos pela avó. Mesmo quando, ao oferecer um sorvete para uma moça, é confundido com um assaltante, o engano é desfeito imediatamente pelo policial que o reconhece como um bom menino, filho de sua comadre. Ainda nesse episódio, em que Dênis, assustado com o grito da moça, acaba caindo e derrubando a caixa de sorvetes, propiciando o surgimento de um bando de garotos que se apossam dos picolés, o resultado, além do choro de Dênis, não produz maiores consequências: um motoqueiro leva-o para casa. Sentindo-se culpado, porém, Dênis teme a reação da mãe, o que também não ocorre. Ao contrário, ela, compreensiva, o acalma e o primeiro nível da narrativa se encerra com a expectativa de um futuro em que tudo se realizaria.

Entretanto o sentido (ou sentidos) de um texto, como objeto de discurso, está além dos fatos e requer que voltemos nossa atenção de leitores para o que está implícito além da superfície das palavras.

Assim, retomando a narrativa em questão, já a primeira frase aponta para uma realidade social e econômica que poucas chances oferece para a realização dos sonhos do personagem: o morro do Alemão, uma favela do Rio de Janeiro, comunidade que abriga uma classe social de baixíssima renda e para a qual as chances de crescimento são mínimas e, muitas vezes, impossíveis.

Na sequência, nesse mesmo aspecto, Dênis é confundido com um assaltante, o que faz supor que sua aparência era semelhante à dos meninos pobres malfeitores, que são reconhecidos pelas roupas miseráveis, sapatos rotos (quando existem) e, muitas vezes, ainda pela magreza.

Outras duas referências no texto reforçam a qualidade precária da infância do personagem, ou seja, o fato de nunca ter ido a um parque de diversão nem ao zoológico, lugar com que ele, amante dos animais, sempre sonhara.

No conjunto, essas evidências de uma vida miserável, acrescidas do fato de sabermos que a universidade não está ao alcance de todos, nos dizem que o sonho de ser veterinário é quase uma utopia. E chegamos ao final da narrativa quase às lágrimas, pois sabemos que os sonhos do menino favelado terão pouquíssimas ou nenhuma chance de se realizarem.

Inútil esperança!

BIBLIOGRAFIA PARA ESTUDO

- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. *Professor, leitura e escrita*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coord. Tradução: Angela M.S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. Série Ática Universidade.
- GHILARDI, Maria Inês, PEREIRA, Maria Marcelita e THEREZO, Graciema Pires. *Redação para o vestibular*. 3. ed. revisada e atualizada, Campinas, SP: Alínea, 2006.
- GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, M. Sílvia; IVAMOTO, Regina. *O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade*. São Paulo: Ática, 2009.
- KÖCHE, Vanilda; BOFF, Odete; MARINELLO, Adiane. *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- KOCK, Ingedore V., Flagrantes da construção interacional dos sentidos. BRAIT, Beth e SOUZA-E-SILVA, M. Cecília. *Texto ou Discurso?* São Paulo: Contexto, 2012.
- LEURQUIN, Eulália; BEZERRA, José de Ribamar M; SOARES, M. Elias. *Gênero, ensino e formação de professores*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.
- MARCUSCHI, Luiz A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MENDES, Emília. Prefácio. MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). *As emoções no discurso*. v. II, Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.
- SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- THEREZO, Graciema Pires. *Como corrigir redação*. Campinas, SP: Alínea, 7. ed. revisada e atualizada, em 2012.
- THEREZO, Graciema Pires. *Redação e leitura para universitários*. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2008.



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Coordenadoria de Ingresso Discente
vestibular@puc-campinas.edu.br
(19) 3343-7100